

Fernando Gil

Helder Macedo

VIAGENS DO OLHAR

Retrospecção, Visão e Profecia no
Renascimento Português

Com uma contribuição de Luís de Sousa Rebelo

Título: VIAGENS DO OLHAR

Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português

Autores: Fernando Gil / Helder Macedo

(com uma contribuição de Luís de Sousa Rebelo)

Direcção Gráfica e capa: Loja das Ideias

© CAMPO DAS LETRAS - Editores, S.A., 1998

Rua de D. Manuel II 33 5º S-54 4050 PORTO

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. - V. N. Famalicão

1ª edição: Julho de 1998

Depósito legal: 125915/98

ISBN: 972-610-098-4

Código de barras: 9789726100980

Colecção: Cultura Portuguesa - 1

Patrocínio:



Apoio:



Fer
cate
Uni
d'én
Etra
Pari
Gal
Cor
mat
l'év
199
com
Mo

He
titu
Un
Col
incl
Ber
Ca
poe
ma
Inv
(15

CAPÍTULO I

1 - O efeito-*Lusíadas*

M

MVM

amigas dos segredos do mar de Camões, in memoriam

Este estudo tenta elucidar uma impressão de leitura que porventura não é só do seu autor. Os *Lusíadas* suscitam reacções contraditórias. São, por um lado, uma obra laboriosa e árdua de ler — e, por outro, um deleite, para dizer como Tétis ao Gama. Foi para saber por que é assim que me pus à procura do seu princípio de composição. Estes dois sentimentos de leitura não derivam da oposição entre um código épico obsoleto, insuportável para o leitor de hoje — a navegação do Gama, leve e arejada, está no centro da épica —, e um lirismo mais perene. Ou, se a oposição acaba talvez por ser essa (embora só em parte, vamos arrancar a viagem ao “épico” para a colocar no “lírico”), será preciso decompô-la nos seus elementos que são vários e subtis. Tão-pouco o contraste decorre do desfasamento de um alegórico e de um mitológico igualmente ultrapassados, relativamente à verdade da experiência ou do amor. Confesso o gosto que me dão as metamorfoses de Baco e a sua sanha e a paixão que sinto por Adamastor, e o encanto que provocam a figura arcimboldiana de Tritão, o palácio radiante de Neptuno ou os campos de esmeraldas de Tétis. Além disso, lirismo — ou mais exactamente o poético dos *Lusíadas* — e paganismo vão juntos. Não se trata, por fim, do contraste entre um estilo dramático ou lírico, interessante, e um estilo descritivo fastidioso. Confesso ainda que em nada me chocam, muito pelo contrário, versos como estes: “Olha lá as alagoas donde o Nilo nace, que não souberam os antigos; vê-lo rega, gerando o crocodilo, os povos Abassis” (X, 95:1-4). Só Cesário Verde voltará a escrever assim. E contudo os *Lusíadas* provocam também o sentimento pesado de que, neles, a

diferença — a diferença própria da variedade — corre permanentemente o risco de ser absorvida por uma *identidade* maciça — que não é aliás particularmente a da “pequena casa Lusitana” (VII, 14:4). Não é o louvor da pátria que incomoda, mas um *pathos* triunfante sempre igual a si mesmo: a “ideologia” não é outra coisa. O efeito-*Lusíadas* é contraditório e o nosso propósito é apurar a estrutura fina da contradição. As grandes oposições estilísticas (lírico vs. épico) e as oposições temáticas (história vs. viagem), por que começaremos, não bastam para explicar o efeito em questão. Estas oposições resolvem-se numa constelação de outras dimensões, morfossintácticas como semânticas, as quais, por seu turno, não se dão nunca em estado puro — cada dimensão se acha infectada pela dimensão oposta — e não resultam inteiramente. O efeito-*Lusíadas* consistirá em *empates* de forças. Dizemos “efeito” porque, se conseguirmos libertar-nos do sobreinvestimento secular neles feito e das más lembranças da escola, os *Lusíadas* nunca nos deixarão indiferentes. Aparecem-nos como uma obra tensa, terna e feroz, tolerante por certos aspectos e fanática por outros; um tesouro de maravilhas, quase insuportável também.

Empates assim serão talvez a derrota do poema, mas não de Camões nem da poesia. Em vez de cerrar, a derrota abre um horizonte novo: é o que vamos tentar demonstrar, partindo de dois pressupostos. É segundo o «gosto» de hoje — como começámos já a fazer — que as análises serão conduzidas. Mesmo que conhecêssemos o gosto do século XVI (por exemplo, quanto ao épico e quanto ao lírico), isso de nada nos serviria: é a partir dos nossos critérios que podemos avaliar uma obra do passado (um filósofo veria aí o selo da finitude). Em sentido contrário, temos todas as razões para suspeitar que as incomensurabilidades do gosto nunca serão totais, ou seja, que, como nós, o público do século XVI não experimentou sentimentos estéticos idênticos face ao episódio de Inês de Castro ou à partida do Gama de Lisboa, e face ao rosário dos feitos de Portugal, desafiado por Paulo da Gama. Em segundo lugar, procuraremos apreender os *Lusíadas* na sua imanência (como uma obra “fechada”), sem tomar em conta o contexto, nem a obra lírica de Camões, que contudo nos teria sido preciosa para levar mais longe o pouco que deixamos dito sobre o amor. Não cabe aqui justificar esta posição metodológica: os seus incon-

venientes são largamente compensados pela vantagem de *dar a conhecer* um texto segundo um princípio de exaustividade — até onde se é capaz de ir — que é a melhor garantia contra o arbítrio das interpretações.

I

O conto e o canto

1. Que contam os *Lusíadas*? As três primeiras estrofes dizem-no quase completamente. O poema vai narrar uma odisséia marítima (I, 1:3) que conduzirá à edificação (I, 1:7) de um “novo Reino” (I, 1:8)¹. Mencionado quase cursivamente, este reino é um dos eixos da obra: trata-se, pois, da história de uma *fundação*, no termo da história de uma *viagem* — que é o outro eixo. Manteremos estas duas designações, viagem e fundação, ao longo de todo este estudo, como abreviações das duas inspirações que animam os *Lusíadas*. Mas não é tudo. Camões vai “também” (I, 2:1) “cantar” (I, 2:7, 3:5) *memórias de reis* “devastadores” (I, 2:1,4), e ainda homens imortalizados por “obras valerosas” (I, 2:5), ou sejam, *heróis*. Todos eles — marinheiros, soldados, chefes — são portugueses (I, 3:5). Pelas “navegações” (I, 3:2), pelas “vitórias” (I, 3:4) dos reis e dos heróis, é o “valor” (I, 3:8) superlativo de toda a nação lusitana que os *Lusíadas* vão celebrar — universalmente (I, 2:7). A fundação em geral e esta particular viagem (I, 1:3) têm em comum serem inaugurais. E não só esta: a viagem do Gama é o protótipo de todas as outras prometidas pelos *Lusíadas*.

A sequência do poema explicará que a memória dos reis e dos heróis — embora não se confundam (vamos vê-lo), eles concorrem conjuntamente para a mesma empresa — se situa no mesmo plano de sentido do novo Reino cuja sede inicial será a Índia. Esse plano é o de uma fundação que se repete. O império da Índia realiza o projecto de João I, “o primeiro Rei que se desterra da pátria” (IV, 48:5-6), e da sua “ínclita geração” (IV, 50:8). D. João I é o mesmo rei que havia operado a *refundação* do reino *fundado* por Afonso Henriques, e que fora antes objecto de *profundações* incertas, pela mão de heróis humanos (Viriato e Sertório,

cf. III, 63, VIII, 6, 8, 36), de heróis de epopeia (Ulisses, VIII, 5:4) ou de heróis propriamente mitológicos ("Luso ou Lisa, que de Baco antigos filhos foram, parece, ou companheiros", registemos esta relação com Baco, III, 21:6-7 e VIII, 2, 3 e 4). Como é característico das lendas de fundação, tudo quanto respeita a este Portugal de antes de o ser confundido-se num "velho rumor não sei se errado", diz Camões pela boca do Gama, referindo-se aos pais de Afonso Henriques, Henrique de Borgonha e Teresa de Castela. É que "em tanta antiguidade não há certeza" (III, 29:2, cf. também VIII, 9:3-4).

Mas os irmãos Gama, que expõem as fundações e refundações atestadas de Portugal, conhecem tudo da sua história, desde Afonso Henriques até à viagem em que estão embarcados. A fundação cria a *identidade* sem ambiguidade e sem falha do "peito ilustre lusitano" (I, 3:5); é a identidade de uma *comunidade* que é fundada. Para todo o sempre Portugal permanecerá idêntico a si, reconquistando-se sempre que a sua identidade periclita. A fundação aparece retrospectivamente como a posição desta identidade — uma posição que, dentro da economia providencial da história, é *necessária*. Prova-o a pia baptismal de Ourique, Cristo assiste o nascimento de Portugal (cf. III, 45-46) e, por isso, no brasão de Portugal, Afonso "pinta os trinta dinheiros por que Deus fora vendido" (54:1-2).

A fundação desdobra-se depois na *necessidade* interna de um destino igualmente providencial, para além de desfalecimentos (D. Duarte, IV, 51, talvez também Sebastião, cf. I, 15-18...) e desvios, de menor (Sancho II, III, 91) ou de maior monta (D. Fernando, III, 138-139). Tal necessidade férrea é proclamada e reivindicada a propósito da expedição de Ceuta: "não sofre o peito forte, usado à guerra, não ter inimigo já a quem faça dano; e assim não tendo a quem vencer na terra, vai cometer as ondas do Oceano" (IV, 48:1-4). João I desterra-se da pátria "por fazer que o Africano conheça, pelas armas, quanto excede a lei de Cristo a lei de Mafamede" (ibid.:6-8). O *cristianismo* que Portugal encarna é o destino do mundo.

Uma continuidade claramente sugerida no texto articula as diferentes estações de uma fundação renovada e prolongada. E as "memó-

rias" (I, 2:1) enunciam-se no passado, mas também no futuro. Os discursos retrospectivos dos dois Gamas — Vasco, que conta ao rei de Melinde a "*grão genealogia*" (III, 3:6) dos reis de Portugal, e Paulo, ao Catual, celebrando os *heróis* da fundação afonsina e da refundação joanina — completar-se-ão pelos discursos "proféticos" da Ninfa, essencialmente sobre a *conquista da Índia*, e de Tétis, essencialmente sobre as "*futuras*" *descobertas* dos portugueses, a Oriente como a Ocidente, realizadas entre a viagem do Gama e a data dos *Lusíadas*.

2. Este anacronismo deriva do artifício de composição que é transportar a viagem do Gama para o momento da sua narração, por Camões, a D. Sebastião; os acontecimentos ocorridos entre aquela e esta devem assim ser colocados no futuro. Camões delega nos Gamas e nas personagens míticas da Ninfa e de Tétis o canto da história de Portugal. Mas é na primeira pessoa que o narrador-Camões procede à descrição da viagem em sentido estrito (deixando portanto de lado as falas dos deuses, que não vertem sobre a viagem). Camões é em princípio o sujeito da enunciação da viagem. Com uma excepção, todavia. Incumbe ao Gama relatar a expedição entre a preparação e partida de Lisboa (IV, 77) e a chegada e estadia em Melinde (até V, 89, saltando por sobre a parte já narrada por Camões, entre Moçambique e Melinde). Camões não pode deixar de confiar esse relato ao Gama, uma vez que é ao Gama que o rei de Melinde o reclamou: "(...) valeroso Capitão, nos conta (...) de vossa antiga geração, e o princípio do Reino tão potente, cos sucessos da guerra do começo (...) e assim também nos conta dos rodeios longos em que te traz o Mar irado" (II, 109-110:1-2). Camões faz do Gama narrador para colar a narração à acção. Nomeadamente, é apropriado que seja o protagonista da viagem a contar os prodígios dos novos mares (a partir de V, 16).

O artifício não é portanto gratuito. A viagem chama a si a história, é no seu decurso que se fazem as evocações da história de Portugal. O caminho actual para a fundação do novo reino possui uma virtude de atracção que se exerce para a frente e para trás — senão para a eternidade, conforme o conciso comentário global de Camões aos discursos da Ninfa e de Tétis (X, 143:7-8). Gramaticalmente, a atracção exprimir-se-á

pela influência — uma espécie de efeito induzido — que o progressivo aspectual do presente em curso exerce sobre o perfectivo passado e o futuro por realizar.

A viagem é o oposto da fundação de uma identidade e da necessidade de um destino colectivo. Não é uma comunidade abstracta, mas esta expedição, *hic et nunc*, que navega, “aparelha<ndo> a alma para a morte que sempre aos nautas ante os olhos anda” (IV, 86:3-4) — para “perigos e guerras” (I, 1:5), “grandes e gravíssimos perigos”, um “caminho de vida nunca certo”, sem qualquer “segurança” (I, 105:5-8), um “incerto e incógnito perigo” (IV, 101:5), nas palavras do Velho do Restelo que, em seu próprio nome, Camões repetirá no fim do livro: os navegadores dão os corpos “a perigos incógnitos do mundo, a naufrágios, a pexes, ao profundo” (X, 147:7-8). A viagem expõe ao desconhecido, à *diferença* (em vez da identidade) e à incerteza. Ela desenrola-se segundo a modalidade do *possível* e do *contingente* (em vez da necessidade). A história *cumpre-se*, a viagem *abre*.

Esta abertura é significada pela guerra dos deuses. O catolicismo unívoco da história de Portugal tem por contraponto, na viagem, o *pluralismo da mitologia*. Mau grado a complicação introduzida pelo facto de o catolicismo ter representantes no Olimpo e de, inversamente, uma personagem mítica, Baco, ser o inimigo acérrimo do Gama (isso ocupar-nos-á mais à frente), nunca o Deus cristão intervém directamente na *viagem*, mesmo se é invocado pelo Gama e evocado por Tétis, na célebre estrofe em que os deuses pagãos são denunciados como ilusórios (embora “sirvam” para fazer “versos deleitosos”, X, 82:5-6). Reciprocamente, nenhuma vez no longo relato *histórico* de Vasco, como tão-pouco no de Paulo, surgem deuses pagãos. É o Deus cristão quem rege fundações e refundações, é Ele quem se manifesta por múltiplos sinais e milagres, é em Seu nome que se conseguem as vitórias sobre Idólatras e Mouros. E se o futuro de Portugal se deixa anunciar pelos seres mitológicos que são a Ninfa e Tétis (Tethys), é porque, a partir do Gama, esse futuro passou a jogar-se no além-mar. A Ninfa e Tétis, esposa de Neptuno, são divindades marí-nhas.

Mas há passagens — o termo é fraco — entre o registo da viagem e o registo da fundação. Uma e outra são inaugurais, a narração histórica

desemboca na viagem que também prepara a história futura, o Mouro, que foi o inimigo histórico de Portugal, continua a sê-lo na viagem; na Ilha de Vénus mitologia e história convergem. Fundação e viagem não se opõem apenas: iluminam-se, explicam-se e reforçam-se uma pela outra. Na sua *contraposição* e na sua *unidade* — e na *impossibilidade* de tal unidade — reside o segredo da composição dos *Lusíadas*. (Objecção: não estaremos a complicar — separando e reunindo para, por fim, separar de novo — o que em Camões permanece uma inspiração única? Não é a viagem, muito simplesmente, o meio de atingir o projecto político da refundação de Portugal? Será preciso responder).

3. As três primeiras estrofes declaram o que os *Lusíadas* contarão. Elas indicam também como o vão contar — cantando (I, 2:7, 3:5). Literalmente, no canto X, a Ninfa *cantará* (cf. X, 6 e 7) a profecia que Proteu não conseguira proferir quando Baco visita Neptuno (VI, 36). O conto é canto (I, 5:5, 15:1), e não um canto qualquer. É o que se afirma nas duas estrofes seguintes. O “som” dos *Lusíadas* será “alto e sublimado”, o seu “estilo”, “grandiloquo e corrente” (I, 4:5-6). O canto realiza uma intensificação da voz, e o canto de Camões uma intensificação do canto: “fúria grande e sonora” de “tuba canora e belicosa” (I, 5:1,3), “não de agreste avena ou de fruta rude” (ibid.:2). Vamos constatar que a composição dos *Lusíadas* assenta numa exploração sistemática — com efeitos desfazados e em parte distorcidos — das estruturas do que em filosofia se chama evidência; e a própria evidência representa um regime intensificado da verdade². A forma épica convém directamente à obra, com a advertência de que por intensificação não se entenderá apenas, nem sobretudo, a retórica do “poema épico”.

Mas o canto não é apenas de “louvor” (I, 11:3). Desde o exórdio, Camões salienta que é a *verdade* que distinguirá os *Lusíadas* dos seus equivalentes estrangeiros (as “estranhas Musas, de engrandecer-se desejosas”, I, 11:3-4). Nem as narrações de fundação nem o relato da viagem abrigarão “vãs façanhas, fantásticas, fingidas, mentirosas” (ibid.:1-2). A verdade apresenta diferentes facetas, que resultam das diferentes articulações da fundação com a viagem. Chamar-se-ão existência em acto, presentifi-

cação, desdobramentos da narração feita na primeira pessoa, com um efeito de testemunho. A verdade é neste domínio *veridicção*: as narrações são verdadeiras¹. Mas também a encarnação do conjunto da comunidade nos navegantes, a realização do possível na viagem e a legitimação do contingente por efeito de um processo contínuo de descoberta que deveria consumir-se no império — a viagem do Gama é uma missão — e a subordinação política do Mouro produzem como que a validação da viagem. Naquela veridicção e nesta *validação* residiria a verdade dos *Lusíadas*.

Acrescentaremos no devido lugar que a submissão proclamada do paganismo ao cristianismo se verá negada pela verdade não só *poética*, mas também *política* do paganismo, e pela evidência do amor. Até que ponto estão elas previstas na economia dos *Lusíadas*?

Viagem e fundação

4. Recapitulando: os *Lusíadas* contêm duas histórias, em que se esgotam — nada mais há neles —, a saber, a *viagem do Gama* (Cantos I e II, IV-X), exposta por Camões e pelo Gama, e a *história de Portugal* (Cantos III e IV: relato retrospectivo de Vasco da Gama; Canto VIII: relato retrospectivo de Paulo da Gama; Canto X: relatos proféticos da Ninfa e de Tétis)⁴. *Prima facie*, fundação e viagem opõem-se totalmente. Convém à fundação a lógica da identidade e a modalidade da necessidade, um sujeito colectivo abstracto, uma religião triunfante e única. São traços próprios da viagem a diferença, o possível, o contingente, a novidade, um sujeito da acção “bicho da terra tão pequeno”, às voltas com “tanta tormenta e tanto dano”, num mar onde “tantas as vezes a morte <é> apercebida!” (I, 106:8 e 1-2). A guerra intestina dos deuses, a luta entre Vénus e Baco, é uma maneira de dizer a incerteza dos movimentos da viagem. Mas um comum estatuto de verdade garantiria quer a história quer a viagem.

Tempos e aspectos gramaticais diferentes correspondem, em princípio, à viagem, à retrospectiva histórica e à profecia. O aspecto (ou seja, o estatuto temporal da acção) da história passada, da acção que se perfez

completamente, chama-se *perfectivo* e o seu tempo é o pretérito. O aspecto da profecia é o *irrealizado* e o seu tempo, o futuro. O aspecto da acção não concluída é o *imperfectivo* de que o *progressivo* — a acção já iniciada e ainda não terminada — constitui a modalidade extrema (desta acção *em curso* a viagem é porventura a expressão paradigmática). O progressivo pode ocorrer no presente, mas também no passado (o “imperfecto”).

5. Após a Dedicatória (“para que estes meus versos vossos sejam”, I, 18:4) a D. Sebastião (I, 6-18), a viagem é introduzida, no imperfecto, quando a armada do Gama cruza ao longo de Moçambique. “Já no largo Oceano navegavam (...), os ventos brandamente respiravam (...), os mares se mostravam” (I, 19:1,3,5). O progressivo, no passado ou no presente, permanece o aspecto dominante do relato da viagem e influirá sobre o aspecto da fundação: também a história passada de Portugal se desenrola no progressivo, como se estivesse ainda — sempre — a acontecer. Nos *Lusíadas*, a fundação não é uma acção desaparecida no pretérito passado, o seu modo temporal é a perpetuidade.

Há porém três excepções notáveis, para além dos perfectivos ocasionalmente inseridos em acções em curso no presente ou no imperfecto. O Gama relata a viagem entre Lisboa e Moçambique no pretérito passado, que veicula o perfectivo: “(...) abrimos as asas ao sereno e sossegado vento, e do porto amado nos partimos” (V, 1:2-4; etc.). Mas a infracção é só aparente: a viagem não se perfez ainda, o perfectivo respeita ao mar já percorrido e a ele apenas. Segunda excepção: no fim dos *Lusíadas*, uma estrofe também no pretérito perfeito resume a viagem entre a Ilha de Vénus e Lisboa: “assim foram cortando o mar sereno (...) entraram pela foz do Tejo ameno” (X, 144:1,5). A infracção à regra do progressivo não é agora corrigida, como no primeiro caso, por uma acção que permanece em curso (a viagem do Gama). No poema, após a estrofe citada que introduz a viagem no progressivo (I, 19), a narração é imediatamente interrompida pelos deuses que se reúnem para debater “sobre as cousas futuras do Oriente” (I, 20:4). Simetricamente, a estrofe do regresso segue-se ao discurso de Tétis depois de realizada a primeira dessas coisas, a descoberta da Índia, mas no perfectivo. O fim da viagem é a inversão

especular do começo, mas o seu estatuto alterou-se. Não se trata simplesmente da volta depois da ida e da chegada a Lisboa, onde a viagem acaba. Se o progressivo do início abria para um futuro indefinido, os pretéritos “foram cortando” (e não apenas o gerúndio “cortando”, como Camões habitualmente escreve) e “entraram na foz” — ainda dentro da viagem mesmo se a designar o seu termo! — explicam que, na sua significação, a viagem passou a desenrolar-se de diante para trás. O *terminus ad quem*, a Índia, é doravante o *terminus a quo* no plano do sentido. A viagem fechou-se sobre si ao cumprir a missão que foi a sua, pela qual se cumpre a missão dum povo. A viagem chega ao fim, não porque as caravelas regressam a Lisboa, mas porque elas chegaram à Índia e trazem notícias da Índia. Por isso se anuncia a chegada a Lisboa logo após a estadia na Ilha; não vale a pena contar o regresso. O perfectivo narrativo é o modo de dizer que a fundação se assenhoreou da viagem. O “canto” dos *Lusíadas* termina aqui. Seguem-se as últimas recomendações a D. Sebastião e uma breve apologia *pro vita sua* (X, 145-146), espécie de *pendant* da Dedicatória (I, 6-18). Elas são extrínsecas à função do narrador (que não é aliás, vamos vê-lo, a única posição de Camões: ele é, ainda, o autor do poema *Os Lusíadas* e, muito simplesmente sujeito, o homem Camões, cf. V, 92-100, VII, 78-87, VIII, 54-55 e 97-99, IX, 92-95; e *poeta*).

Terceira excepção notável: a visão da Ilha, também no perfectivo e no passado. “De longe a Ilha viram (...) que Vénus pelas ondas lhes levava” (IX, 52:1-2) — Vénus que então “firme a fez e imóvel, como viu que era dos Nautas vista e demandada” (53:1-2). Aqui, o perfectivo justifica-se porque a descoberta da Ilha é uma *visão pontual* que em caso algum poderia ser representada como um processo. Ela é uma percepção muito especial; reservamos a questão para mais tarde (cf. § 15).

O *presente vivo* é o tempo dos *Lusíadas*. Colocando a viagem no momento em que a descreve, Camões faz coincidir o tempo da narração com o tempo da acção. Por aí a viagem mantém-se actual, como se estivesse a decorrer sob os olhos de Sebastião, e a narração alimenta-se da novidade incessante da acção. A viagem é o foco do texto. Não é contada como uma peripécia da história de Portugal, é antes a história que entronca na viagem. O passado desagua no presente num momento pre-

ciso, quando, no termo da sua fala, Vasco da Gama comenta para o rei de Melinde: “até que aqui no teu seguro porto (...) repouso (...) nos deste. E vês aqui se atento ouviste, te contei tudo quanto me pediste” (V, 85). O canto de Camões é contemporâneo da viagem, e a história passada e futura de Portugal é tornada contemporânea do canto e da viagem.

A viagem é contada na *primeira pessoa* do seu narrador, Camões. De parceria com a coincidência do tempo da narração com o tempo da acção, tem isto por efeito — um efeito de sugestão — aparecer-nos Camões como se tivesse participado na expedição e fosse testemunha ocular dos feitos do Gama. A sugestão é reforçada pelo facto de (naturalmente) o narrador não indicar as fontes, crónicas ou testemunhos onde bebeu. Assim, o leitor menos vigilante será quase naturalmente levado a crer que é Camões a fonte, tanto mais que o Camões-sujeito se adivinha constantemente atrás do narrador (“milhor é experimentá-lo que julgá-lo; mas julgue-o quem não pode experimentá-lo”, IX, 83:7-8). A participação na viagem reforça a veracidade do narrador.

6. Se o lugar central da viagem não sofre contestação, parecerá mais duvidoso apresentar a história de Portugal como uma *fundação* que se repete. O verbo “fundar” ocorre aliás uma só vez, aplicado a Ulisses, que “Lisboa ingente funda” (VIII, 5:4). Mas os *Lusíadas* são bem uma narrativa de fundação. Deixando de lado as profundações (é, porém, significativo que sejam evocadas por Camões, como que a assinalar à partida o assunto da obra), a fundação continuada de Portugal comporta três momentos.

O primeiro chama-se Afonso Henriques (V, 30-84), continuado por Sancho I. Camões amalgama em parte o pai e o filho, como também amalgamará D. João I e a ínclita geração. A fundação do reino de Portugal compreende dois momentos. Primeiro, a *autodesignação* que institui o soberano, por definição acima das leis pelas quais a soberania se exercera. Ela transparece na recusa de Afonso em cumprir a promessa de Egas Moniz ao rei de Castela: “(...) não consente o peito do moço ilustre a outrem ser sujeito” (III, 36:7-8). Tal é também a definição da soberania que elaborava um contemporâneo de Camões, Jean Bodin⁵. O segundo

momento consiste na *consagração* do soberano autodesignado. É o que se passa em Ourique. O milagre faz com que a “gente portuguesa” *“levant<e> por seu Rei natural* este excelente Príncipe, que do peito tanto amavam” (III, 46:1-4). O príncipe é amado, o rei é proclamado. “Gritando, o céu tocavam, dizendo em alta voz: ‘Real, real, por Afonso, alto Rei de Portugal!’” (ibid.:6-8). O rei fundador deixará atrás de si a nostalgia de um começo glorioso e incomparável: “(...) sempre no seu reino chamarão ‘Afonso! Afonso!’ os ecos; mas em vão” (III, 84:7-8).

O milagre de Ourique sela o destino de Portugal, vocacionado desde a origem para servir a cristandade. A mesma encenação preside à refundação de Portugal por João I, que “os nossos” *“alevanta<ram> por Rei*, como de Pedro único herdeiro (ainda que bastardo) verdadeiro” (IV, 2:1, 6-8). Também o acesso ao trono de João se revela uma “ordenação dos Céus divina <que> por sinais muito claros se mostrou” (IV, 3:1-2). Bem antes da idade de falar, uma menina exclama, “como cousa que o Céu destina”, ‘Portugal, Portugal (...) polo Rei novo, Dom João!’” (ibid.:5-8). Só Afonso Henriques e João I são consagrados desta maneira. E, pela boca de Nun’Álvares, os *Lusíadas* afirmam sem equívoco que se trata de uma autêntica refundação: “Pois se, com os seus descuidos ou pecados, Fernando em tal fraqueza assim vos pôs, torne-vos vossas forças o Rei novo, se é certo que co Rei se muda o povo” (IV, 17: 5-8). Porquanto, com Fernando, “esteve perto de destruir-se o reino totalmente; que um fraco Rei faz fraca a forte gente”, III, 138:6-8).

Dirigindo-se ao Catual (VIII, 2-42), Paulo da Gama aprofunda o discurso da fundação. Paulo percorre de novo o historial do irmão Vasco em Melinde, com duas diferenças. O seu objecto não são os reis, salvo, precisamente, o “primeiro Afonso” (VIII, 11:1) e o Mestre de Aviz, mencionado aliás de passagem, com seus filhos (“progénie generosa de Joane”, VIII, 37:2). Paulo tem antes em vista, já o dissemos, “aqueles que por obras valerosas se vão da lei da Morte libertando” (I, 2:5-6): os heróis. E, segunda diferença não menos capital, estes heróis são exclusivamente os profundadores: Luso, Ulisses, Viriato, Sertório, Henrique de Borgonha; os protagonistas da epopeia afonsina e da reconquista: Egas Moniz, Fuas Roupinho, Geraldo Sem Pavor, etc.; e os da era joanina, entre outros,

Nun’Álvares, “dezassete Lusitanos” anónimos (VIII, 35), os Infantes D. Pedro e D. Henrique. Paulo da Gama salta por cima de tudo quanto medeia as duas épocas e, depois dos filhos de João I, menciona apenas Pedro e Duarte de Meneses (VIII, 38). A história de Portugal é reduzida à sua quintessência, ou seja, às grandes batalhas pela *identidade* nacional, e o *puro mérito* passa a ocupar o lugar da sucessão dinástica.

Pelo Novo Reino conquistado pela expansão se obterá uma segunda refundação, que desta vez não interessa apenas a Portugal. Quando a viagem se inicia, “o mundo que co tempo se consume (...) andava enfermo e lento” (V, 2:3-4). O Ganges, o rio da Índia e do paraíso terrestre, oferece-se a D. Manuel, num sonho que está na origem da empresa dos Descobrimentos: “é tempo que já mandes a receber de nós tributos grandes” (IV, 73:7-8). D. Manuel é solicitado a franquear as portas do Oriente. A descoberta da Índia transfere para aí a sede do futuro, que os discursos proféticos da Ninfa e de Tétis excentram também. Se “a soberba Europa”, nas palavras do Gama (III, 6:5), continua sendo “mais alta e clara (...) em polícia e fortaleza” (Tétis, X, 92:1-2) e Portugal, o fulcro dessa Europa (“eis aqui, quasi cume da cabeça da Europa toda, o Reino Lusitano”, III, 20:1-2) — como a Terra está no meio do Universo (X, 91) —, ambos, Europa e Portugal, deixam de ser o centro único da história. E a geografia é metáfora do sentido: este joga-se agora no mar que começa, não na terra que se acaba (cf. III, 20, 3).

É do mar — de uma ilha que não existe — que falam a Ninfa e Tétis. A primeira faz desfilar o rol dos conquistadores da Índia e em primeiro lugar os seus vice-reis, repetindo o discurso de Vasco, mas localizando-o na Ásia. Tétis inventoria o que no mundo falta descobrir, que os portugueses encontrarão. Mas se Paulo da Gama tinha lido a história de Portugal do ponto de vista da identidade nacional e da coragem dos heróis que a estabeleceram, Tétis convida-nos antes a compreender que a significação derradeira da empresa portuguesa é descobrir mais do que dominar, embora as “armas” e as “vitórias” tenham nela um lugar (X, 107:5-6). A viagem é o modo de atingir o conhecimento, a deusa declara-o ao Gama mal este põe os pés na Ilha: “(...) dando-lhe a entender que ali viera por alta influência do imóvel fado, para lhe *descobrir* da unida

momento consiste na *consagração* do soberano autodesignado. É o que se passa em Ourique. O milagre faz com que a “gente portuguesa” *“levant<e> por seu Rei natural* este excelente Príncipe, que do peito tanto amavam” (III, 46:1-4). O príncipe é amado, o rei é proclamado. “Gritando, o céu tocavam, dizendo em alta voz: ‘Real, real, por Afonso, alto Rei de Portugal!’” (ibid.:6-8). O rei fundador deixará atrás de si a nostalgia de um começo glorioso e incomparável: “(...) sempre no seu reino chamarão ‘Afonso! Afonso!’ os ecos; mas em vão” (III, 84:7-8).

O milagre de Ourique sela o destino de Portugal, vocacionado desde a origem para servir a cristandade. A mesma encenação preside à refundação de Portugal por João I, que “os nossos” *“alevanta<ram> por Rei*, como de Pedro único herdeiro (ainda que bastardo) verdadeiro” (IV, 2:1, 6-8). Também o acesso ao trono de João se revela uma “ordenação dos Céus divina <que> por sinais muito claros se mostrou” (IV, 3:1-2). Bem antes da idade de falar, uma menina exclama, “como cousa que o Céu destina”, ‘Portugal, Portugal (...) polo Rei novo, Dom João!’” (ibid.:5-8). Só Afonso Henriques e João I são consagrados desta maneira. E, pela boca de Nun’Álvares, os *Lusíadas* afirmam sem equívoco que se trata de uma autêntica refundação: “Pois se, com os seus descuidos ou pecados, Fernando em tal fraqueza assim vos pôs, torne-vos vossas forças o Rei novo, se é certo que co Rei se muda o povo” (IV, 17: 5-8). Porquanto, com Fernando, “esteve perto de destruir-se o reino totalmente; que um fraco Rei faz fraca a forte gente”, III, 138:6-8).

Dirigindo-se ao Catual (VIII, 2-42), Paulo da Gama aprofunda o discurso da fundação. Paulo percorre de novo o historial do irmão Vasco em Melinde, com duas diferenças. O seu objecto não são os reis, salvo, precisamente, o “primeiro Afonso” (VIII, 11:1) e o Mestre de Aviz, mencionado aliás de passagem, com seus filhos (“progénie generosa de Joane”, VIII, 37:2). Paulo tem antes em vista, já o dissemos, “aqueles que por obras valerosas se vão da lei da Morte libertando” (I, 2:5-6): os heróis. E, segunda diferença não menos capital, estes heróis são exclusivamente os profundadores: Luso, Ulisses, Viriato, Sertório, Henrique de Borgonha; os protagonistas da epopeia afonsina e da reconquista: Egas Moniz, Fuas Roupinho, Geraldo Sem Pavor, etc.; e os da era joanina, entre outros,

Nun’Álvares, “dezassete Lusitanos” anónimos (VIII, 35), os Infantes D. Pedro e D. Henrique. Paulo da Gama salta por cima de tudo quanto medeia as duas épocas e, depois dos filhos de João I, menciona apenas Pedro e Duarte de Meneses (VIII, 38). A história de Portugal é reduzida à sua quintessência, ou seja, às grandes batalhas pela *identidade* nacional, e o *puro mérito* passa a ocupar o lugar da sucessão dinástica.

Pelo Novo Reino conquistado pela expansão se obterá uma segunda refundação, que desta vez não interessa apenas a Portugal. Quando a viagem se inicia, “o mundo que co tempo se consume (...) andava enfermo e lento” (V, 2:3-4). O Ganges, o rio da Índia e do paraíso terrestre, oferece-se a D. Manuel, num sonho que está na origem da empresa dos Descobrimentos: “é tempo que já mandes a receber de nós tributos grandes” (IV, 73:7-8). D. Manuel é solicitado a franquear as portas do Oriente. A descoberta da Índia transfere para aí a sede do futuro, que os discursos proféticos da Ninfa e de Tétis excentram também. Se “a soberba Europa”, nas palavras do Gama (III, 6:5), continua sendo “mais alta e clara (...) em polícia e fortaleza” (Tétis, X, 92:1-2) e Portugal, o fulcro dessa Europa (“eis aqui, quasi cume da cabeça da Europa toda, o Reino Lusitano”, III, 20:1-2) — como a Terra está no meio do Universo (X, 91) —, ambos, Europa e Portugal, deixam de ser o centro único da história. E a geografia é metáfora do sentido: este joga-se agora no mar que começa, não na terra que se acaba (cf. III, 20, 3).

É do mar — de uma ilha que não existe — que falam a Ninfa e Tétis. A primeira faz desfilar o rol dos conquistadores da Índia e em primeiro lugar os seus vice-reis, repetindo o discurso de Vasco, mas localizando-o na Ásia. Tétis inventoria o que no mundo falta descobrir, que os portugueses encontrarão. Mas se Paulo da Gama tinha lido a história de Portugal do ponto de vista da identidade nacional e da coragem dos heróis que a estabeleceram, Tétis convida-nos antes a compreender que a significação derradeira da empresa portuguesa é descobrir mais do que dominar, embora as “armas” e as “vitórias” tenham nela um lugar (X, 107:5-6). A viagem é o modo de atingir o conhecimento, a deusa declara-o ao Gama mal este põe os pés na Ilha: “(...) dando-lhe a entender que ali viera por alta influência do imóvel fado, para lhe *descobrir* da unida

esfera da terra imensa e mar não navegado os segredos, por alta profecia o que esta sua nação só merecia" (IX, 86:3-8). Depois de desvelar os prodígios da Ásia, Tétis resumirá nestes termos o sentido da profecia: "Eis aqui as novas partes do Oriente que vós outros agora ao mundo dais, abrindo a porta ao vasto mar patente, que com tão forte peito navegais" (X, 138:1-4). O Gama na Índia havia dito a mesma coisa. "Sabe que há muitos anos que os antigos reis nossos firmemente propuseram de vencer os trabalhos e perigos que sempre às grandes cousas se opuseram; e, descobrindo os mares inimigos do quieto descanso, pretenderam de saber que fim tinham e onde estavam as derradeiras praias que lavavam" (VIII, 70).

7. Mas o contrário também é verdade (afigurar-se-á impossível "decidir"...): o discurso da viagem insere-se no motivo da fundação. Desde o exórdio, que anuncia a viagem, se insinua que a conquista da Índia se acha no prolongamento das fundações *intra muros*. A César, Carlos Magno, Afonso Henriques e João I (I, 13:1-6), colocados no mesmo plano⁶, Camões acrescenta, na estrofe seguinte (para logo se dirigir a Sebastião), Duarte Pacheco, Francisco e Lourenço de Almeida, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro. Ora estes são os principais "altos varões que estão por vir ao mundo", os conquistadores que a Nífa enumerará na Ilha de Vénus (X, 7:2). A descoberta continua-se imediatamente pela dominação política.

II

Veri-dicção e validação

8. Os *Lusíadas* são a resultante dos sistemas que a fundação e a viagem formam. Ambas possuem valores próprios e *interagem*: a fundação é narrada no quadro duma viagem que constitui uma extensão da fundação. As interacções efectuem-se quer em benefício da viagem (a viagem sobrepõe-se à fundação), quer em benefício da fundação (a fundação sobrepõe-se à viagem). Aos valores *próprios* dos dois sistemas crescen-

tam-se portanto efeitos *induzidos*, aqueles que cada sistema injecta no outro. Esses valores são morfossintácticos e semânticos. Em princípio (há excepções, que se deixam explicar, cf. § 5), as influências dominantes exercem-se em sentido único: os valores próprios da viagem que vão impor-se aos da fundação são *sintácticos*, e não há efeitos de retorno da sintaxe da fundação sobre a sintaxe da viagem. O mesmo acontece com a semântica da fundação que domina a *semântica* da viagem sem, também, efeitos de retorno. (Mas veremos que os valores dominados *resistem*, quer no que respeita à sintaxe, quer no que respeita à semântica). Um efeito *global* resultará do somatório dos valores próprios e dos efeitos induzidos. Ele realiza o efeito-*Lusíadas*, aquilo que os *Lusíadas* põem em jogo.

Antes de prosseguirmos, é mister reconhecer que, se os valores morfossintácticos são susceptíveis de uma determinação objectiva, a análise semântica é mais delicada. É o intérprete que se autoriza decifrar um segundo texto subjacente, em que a «viagem» se autonomiza (e, com ela, a mitologia pagã, a descoberta, a poesia, o amor) e entra em tensão com a «fundação». Assim, se não forçamos o texto ao pretendermos que os *Lusíadas* se propõem glorificar um destino nacional a que a viagem do Gama se subordina — devendo então aceitar-se também que os valores semânticos associados a esse destino não podem deixar de ser dominantes —, já será mais discutível afirmar que a descoberta, a mitologia, etc. são os valores semânticos *próprios* da viagem, e que eles se *opõem* ao discurso da fundação. Aparentemente, será apenas na restrita medida em que as estruturas sintácticas inculcam uma semântica que as nossas hipóteses terão um suporte objectivo; e por certo estas decorrem de pressupostos cuja elucidação não queremos aqui tentar. Em sentido contrário, porém, a leitura dos *Lusíadas* revela dois regimes morfossintácticos diferentes — isto está no texto —, e vimos que dois registos conceptuais (isto é, semânticos), relativamente incompatíveis, ressaltam directamente desse texto: é sem forçar que se conjectura que organizam discursos diferentes. Por fim, no que toca ao sentido global da fundação e da viagem, os nossos pressupostos não são arbitrários, como, esperamos, ressaltará do que se segue. Eles têm fundamentos na experiência e no imaginário.

Camões disse o nome, que será preciso trocar por miúdos, do valor final que pretende obter — a “verdade” dos *Lusíadas*. Mas a realidade da viagem, experimentada na sua imanência pelos nautas, não poderá certamente confundir-se com a identidade de uma comunidade transcendente. A viagem conta-se por um *aparelho morfossintáctico* naturalmente adequado a transmitir a evidência da experiência vivida, e conduzindo também naturalmente a uma *veri-dicção* que é *index sui*. Ele dominará (trata-se bem de uma relação de forças) a sintaxe da fundação, aplicando-lhe os seus valores próprios. Esse aparelho é formado pelo progressivo aspectual, pelo presente da acção, pela primeira pessoa e, secundariamente, pelo modo indicativo⁷. O dispositivo correspondente da fundação será o perfectivo, o passado (e o futuro, na profecia) e a terceira pessoa. Progressivo, presente e primeira pessoa concorrem para exprimir, respectivamente, a actualidade de um processo indefinidamente aberto para o que falta perfazer, a certeza de um presente que se experiencia no plano da história como no plano da narração, e o testemunho pessoal que garante a realidade da experiência vivida.

Na *semântica da fundação* o sujeito da acção é a comunidade (“Portugal”), a sua lógica a tautologia da identidade, a necessidade a sua modalidade de ser, e o Cristo *pantokrator* o seu referencial simbólico. Os navegantes, a diferença, o possível e o contingente, o politeísmo pagão constituem os termos contrapostos da viagem. A fundação situa-se num plano semanticamente mais abstracto que a viagem: um plano de crenças e, precisamente, de “valores” (Camões canta o “valor” dos heróis... cf. I:3 cit.). Ele pretende impor-se à semântica da viagem, induzindo-lhe os seus valores próprios, nos quais se declina a catolicidade imperial de Portugal: fundação e refundação não são acontecimentos empíricos, mas a dimensão divina da história. Tal indução teria como efeito a *validação* da viagem, que por aí resgataria a sua precaridade nativa.

Mas os Mouros respeitam à história como à viagem, e Deus é indirectamente personagem da viagem por intermédio de Júpiter, Marte, as Ninfas e Tétis, que a Ele rende o Olimpo. Estas e outras irregularidades não são de circunstância, quaisquer que tenham sido as servidões políticas da pena de Camões. Resultam antes das dificuldades internas da ide-

ologia, na ocorrência a ideologia católico-imperial. Os *Lusíadas* exibem ao vivo o ponto crítico em que da evidência se resvala para as justificações pela ilusão — em que uma ilusão de evidência oculta a justificação *pro domo*. A unidade da fundação e da viagem é o nome de tal ilusão nos *Lusíadas*. Por uma acção recíproca, fundação e viagem deveriam complementar-se numa única evidência sintáctico-semântica. Mas essa reciprocidade esbarra contra limites insuperáveis, a afirmação identitária da fundação não é a evidência aberta da viagem. (Numa outra linguagem: o infinito «actual» do absoluto constitui uma passagem conceptual ao limite, enquanto que o infinito potencial da continuidade é uma intuição que se experiencia).

Sintaxe: aspectos, tempos, pessoas, modos

9. O enxerto na viagem dos quatro discursos “históricos” é a primeira maneira de conferir existência em acto à história passada e futura de Portugal. Mas tal existência não resulta apenas da magia simpática do progressivo da viagem que atrai para si os sujeitos da enunciação. A actualização obtém-se também a partir do enunciado, pelos seus aspectos e tempos, a par de uma presentificação no indicativo e da primeira pessoa. O funcionamento dos tempos (passado e futuro) intrinca-se com o dos aspectos. Vejamos como tudo isto se fabrica.

10. A acção consumada reactiva-se pela actualidade do progressivo que, no *presente* ou no *imperfecto*, é sistematicamente o *aspecto da viagem*, com a excepção não significativa do troço Lisboa-Moçambique e a excepção autêntica do troço Ilha de Vénus-Lisboa. Mas a entrada na viagem enuncia-se no progressivo, como sabemos: «Já no largo Oceano navegavam...» (I, 19:1, cit.), que continuará a reger a viagem. Esta desenrolar-se-á numa actualidade cortada por evocações trazidas para o presente, como num filme com *flashbacks*. Depois do concílio dos deuses, a viagem é retomada ao largo de Moçambique: “cortava o mar a gente belicosa” (I, 42:3). Ver-se-á interrompida pela conversa profética de

Júpiter com Vénus e pela missão de Mercúrio que em Mombaça aparece em sonho ao Gama (II, 33), para prosseguir, depois, no imperfeito: “o Capitão ilustre (...) breve repouso antão ao olhos dava” (II, 60:5-7 até II, 73). O progressivo no presente e no imperfeito marca também a estação em Melinde: “enche-se toda a praia Melindana da gente que vem ver a leda armada” (II, 74:1-2 até II, 113). A viagem continua para Calecute: “outras palavras tais lhe respondia o Capitão, e logo, as velas dando, para as terras da Aurora se partia” (VI, 5:1-3). A conspiração de Baco e Neptuno (VI 6-37) liberta então os ventos que vão despertar “a leda, lassa frota” que “com vento sossegado prosseguia, pelo tranquilo mar, a longa rota” (VI, 38:3-4).

Saltando por sobre a história dos Doze de Inglaterra, a tempestade, a prece do Gama, a intervenção de Vénus e a acção apaziguadora das Ninfas sobre os ventos (sempre no mesmo regime aspectual), também a chegada à Índia é assinalada no imperfeito: “já a manhã clara dava nos outeiros por onde o Ganges murmurando soa” (VI, 92:1-2), “já se viam chegados junto à terra” (VII, 1:1). A estadia em Calecute (cantos VII e VIII) é teatro de escaramuças e armadilhas que prefiguram as dificuldades da conquista do Oriente, e ocasião do discurso de Paulo da Gama. A acção actual é também aí o aspecto dominante — “e vejamos entanto que acontece àqueles tão famosos navegantes” (VII, 15:1-2), “assim contava o Mouro; mas vagando andava a fama já pela cidade (VII, 42:1-2), “o Gama e o Catual iam falando” (VII, 46:1), “mas já a luz se mostrava duvidosa” (VIII, 42:1), etc.

A viagem de regresso decorre ainda no progressivo: “o Capitão (...) se parte, as velas dando” (IX, 12: 6-8), o qual se constrói também pelo gerúndio: “apartadas assim da ardente costa as venturosas naus, levando a proa (...), levando alegres novas (...), outras vezes cometendo os duros medos do mar incerto” (IX, 16), “cortando vão as naus a larga via” (IX, 51:1), até à descoberta da Ilha de Vénus. É notável que sejam narradas no progressivo as partidas e chegadas *stricto sensu* — acontecimentos que mais naturalmente se expressariam pelo perfectivo —, com excepção da partida na bela primeira estrofe do Canto V (o que se expli-

ca pela lógica do relato do Gama entre Lisboa e Melinde, cf. § 1), e da chegada a Lisboa, pelas razões que sabemos (§ 5)⁸.

11. O progressivo não se limita a reactualizar a viagem já realizada. Projecta-se também sobre a *história passada* que, em boa lógica, se deveria exprimir no perfectivo que é o aspecto dos feitos decorridos. Nos *Lusíadas* estes não são acções que se esgotaram, dão-se na forma de um processo vivo; é ainda no imperfeito e na sua actualidade presente que Vasco da Gama os expõe, como um passado que *acontecia* e *acontece*. É no presente que detalha a geografia e as populações da Europa (III, 6-19), para depois explanar a história de Portugal essencialmente no mesmo tempo e no progressivo: “do justo e duro Pedro nasce o brando (...) Fernando”, III, 135:1,3), socorrendo-se o Gama para tal de citações na primeira pessoa. Usa também o imperfeito: “de Guimarães o campo se tingia” (III, 31:1). Quando Camões se serve do perfectivo, fá-lo a mor das vezes em relação aos acontecimentos pontuais que são o nascimento (“desta o pastor nasceu...”, III, 22:1) e a morte (“os altos promontórios o choraram...”, III, 84:1 e ss.). Mas aquilo que pertence à esfera da acção é trazido pelo progressivo, por assim dizer alucinatoriamente, para a verdade da experiência actual. É pois quase emblemático que, à entrada da sua fala, o Gama pareça transpor para a *verdade* de um mérito infinito o *em curso* incompleto do progressivo: “além disso, o que a tudo enfim me obriga é não poder mentir no que disser, porque de feitos tais, por mais que diga, mais me há-de ficar inda por dizer” (III, 5:1-4).

A Ninfa reproduz a gramática do Gama, virando-a para o futuro. Na sua fala, Camões utiliza por via de regra a terceira pessoa («a Ninfa cantava»), que não transporta evidência (não duvido do que faço ou do que presencio, mas reclamo prova da acção vivida ou contada por outrem). Camões compensa porém habilmente este enfraquecimento da certeza pelo verbo no progressivo imperfeito ou presente. A Ninfa “cantava” ou “canta”, lemos uma quantidade de vezes (e nunca «cantou») — e não será indiferente que se trate de um canto —, aquela profecia que o tumulto dos deuses impedira Proteu de enunciar. (A escrita dos *Lusíadas* é também uma viagem em curso, com antecipações e ecos e retornos). O

canto é um conto que a Ninfa desfia diante dos navegantes, a indubitabilidade do progressivo anula a dúvida inerente à terceira pessoa: directa ou indirectamente, a palavra da Ninfa não é menos em nome próprio do que a do Gama.

Na sua "profecia", o efeito induzido pelo progressivo está em que a acção futura começa a produzir-se *incoativamente* na actualidade, de novo num modo virtualmente alucinatório. O retrato do futuro feito no progressivo presente sugere por si só a continuidade sem hiatos dos dois tempos: "que gloriosas palmas tecer vejo" (X, 42:1), "mas eis outro (cantava) intitulado vem com nome real e traz consigo o filho" (X, 26:1-3). A teoria deste procedimento ressalta da sua própria exemplificação em X, 50:1-2: "mas, prosseguindo a Ninfa o longo canto, de Soares cantava...". É assim sobretudo quando o presente se diz num gerúndio prenhe do futuro, como na apresentação da fala da Ninfa, cujo sentido se acha portanto fixado à partida. "Com doce voz está subindo ao Céu altos varões que estão por vir ao mundo" (X, 7:1-2). A Ninfa exalta-os já, na actualidade do progressivo, antes mesmo que eles tenham nascido. Como a profecia da *História do Futuro* de Vieira, ela daria a conhecer "a cópia antes do original", se não se conhecesse já o original.

Isso é marcado ainda mais fortemente quando a deusa emprega a primeira pessoa. "Mas oh, que luz tamanha que abrir sinto (dizia a Ninfa e a voz alevantava) lá no mar de Melinde" (X, 39:1-3). As primeiras palavras da Ninfa que o narrador cita na terceira pessoa sugerem também que sucessos imediatamente futuros se prefiguram na viagem do Gama: "cantava a bela Ninfa que viriam do Tejo, pelo mar que o Gama abriira, armadas que as ribeiras venceriam" (X, 10, 1-3). Observe-se por fim que ela comunica ao Gama, à sua frente, o seu próprio destino e a sua morte (X, 53-54), e que aos altos varões vindouros promete as ninfas e as "glórias" (X, 73:8) da Ilha — essas mesmas ninfas e as "doças glórias" (IX, 73:8) que, nesta mesma ilha, Vénus oferece neste momento ao Gama e seus marinheiros. Um presente que se replica no futuro é uma outra maneira de fazer começar o futuro no presente.

12. Se o progressivo do Gama e da Ninfa respeita à temporalidade da palavra, à *verificação*, é sobretudo por outras vias que Paulo e Tétis

reduzem o perfectivo e o passado, e o irrealizado e o futuro. O seu referencial sensível é antes *táctil e visual*¹⁰. O rei de Calecute e Vasco da Gama poderão ver e tocar o que Paulo e Tétis lhes *a(d)-presentam*. A certeza da vista e do tacto, que é uma constante da viagem (cf. § 15), estende-se ao passado e ao futuro.

Em Paulo e Tétis a representação visual é também *icónica*. A iconicidade (ou seja, uma representação que participa das propriedades do representado) é conseguida por várias maneiras nestes dois discursos, que apuram o sentido profundo da história e da viagem. Da história — segundo o comentário do narrador Camões ao discurso de Paulo: "assim está declarando os grandes feitos o Gama, que ali mostra a-vária tinta, que a douta mão tão claros, tão perfeitos, do singular artifice ali pinta" (VIII, 43, 1:4). Da viagem — nas palavras de Tétis, mostrando ao Gama o globo em que está esculpido o sistema do universo: "o transunto, reduzido em pequeno volume, aqui te dou do Mundo aos olhos teus, pera que vejas por onde vás e o que desejas" (X, 79:5-8).

Ambos se servem do procedimento da *ekphrasis*. Tétis explica aquilo que ao mesmo tempo mostra no globo, como Paulo saúda as faanhas dos heróis pintados em bandeiras ("estas figuras todas que aparecem, bravos em vista e feros nos aspeitos...", VIII, 2:1-2, primeiras palavras de Paulo). A visualização reproduz-se depois por uma *mise en abyme* dentro de cada bandeira, cuja personagem se significa a si próprio por um emblema (uma "divisa"). Paulo glosa sucessivamente estas metáforas materiais de destinos gloriosos: o ramo de Baco, na mão de Luso seu filho ou companheiro (VIII, 4), a cerva profética de Sertório (ibid., 8), o mar em que se ilustrou Fuas Roupinho (ibid., 17), a palmeira nascida no túmulo de Henrique de Bona (ibid.), as duas cabeças cortadas por Geraldo Sem Pavor que são o brasão de Évora (ibid., 22): a cidade do herói projecta-se também na bandeira, e pelo mesmo ícone (Camões diz: "toma a semelhança do cavaleiro"), e assim por diante. Também as esculturas das divindades indianas no templo, referidas antes (VII, 46-48), e as do caos, dos elementos, etc. na porta de ouro do palácio de Neptuno (VI, 10-13) utilizam um método de representação visual.

Tétis descreve uma extraordinária máquina cujo primeiro orbe, o Empírio, é imóvel (X, 81 e 85), mas cujo interior, “debaixo” daquele — e do movimento do primeiro móbil, o qual “corre, tão leve e tão ligeiro que não se enxerga” (ibid., 85:7-8) —, dá a ver os movimentos siderais. Os orbes dos planetas encaixam-se uns nos outros como bonecas russas que o Gama vê rodar. Este globo não é uma representação estática do sistema solar, como a famosa maquete cosmológica que Kepler imaginará uma vintena de anos mais tarde no *Mysterium Cosmographicum*, em que é difícil não pensar quando lemos Camões (esquecendo o copernicanismo de um e o ptolomeísmo do outro). Tétis exhibe para o Gama o movimento do firmamento: “olha estoutro debaixo, que esmaltado de corpos lisos anda e radiantes, que também nele têm curso ordenado e nos seus axes correm cintilantes” (ibid. 87:1-4), os “raptos” e “movimentos” dos astros, as diferentes configurações que desenhavam: “em todos estes orbes diferente curso verás, nuns grave e noutros leve; ora fogem do Centro longamente ora da Terra estão caminho breve” (X, 90, 1:4).

“Vê”, “olha”, “vês”, “verás” são formas imperativas com valor também de *indicativo* que Tétis empregará até ao fim do seu discurso — mais de 60 ocorrências distribuídas por cerca de 50 estrofes descritivas¹¹. No discurso de Paulo (VIII, 2-42), a contagem dos mesmos verbos no mesmo imperativo dá números parecidos. O mesmo se verifica quanto aos deíticos. “Este”, “estoutro”, “outro”, “aquele” ou “cá”, “lá”, “ali”, “aqui”, com valor de deíticos, acompanham os gestos de Tétis, localizando as descobertas no globo, como os de Paulo apontando para as bandeiras e para as divisas.

A associação dos deíticos e do imperativo-indicativo (“olha estoutro bandeira”, VIII, 9:1) redobra a força da *mostração*: como a iconicidade, deíticos e imperativo são valores da evidência. Aqueles são ostensivos e tácteis (apontar é tocar pela imaginação), este pertence ao dispositivo da veri-dicção (a verdade exprime-se por um comando que o imperativo veicula naturalmente)¹². A conjunção do imperativo-indicativo com as partículas da orientação — “olha cá”, “vês aqui”, “olha lá” — faz ainda ressaltar a coerência do sistema (a orientação contribui para a evidência pela *atenção*¹³).

13. A atenção (e algumas vezes Paulo e Tétis dizem “atenta” em lugar de “olha” e “vê”) fixa o olhar e a coisa vista e faz com que a vista se perca na coisa. A ostensão apresenta a coisa — na ocorrência, a fundação repetida de Portugal — na sua realidade. Uma e outra se obtêm morfossintacticamente e também semanticamente (os emblemas das bandeiras), reforçando-se mutuamente. Tem-se aqui os ingredientes de mais uma alucinação virtual: uma alucinação do referente, que se junta às do perfectivo passado tornado imperfectivo e do irrealizado futuro tornado presente. (Será por certo preciso avaliar o alcance deste *virtual*). Camões explica o princípio da sua eficácia a propósito das cenas da antiga Índia esculpidas no palácio do Catual: “afiguradas vão com tal viveza as histórias daquela antiga idade, que quem delas tiver notícia inteira, pela sombra conhece a verdadeira” (VII, 51, 5:8). *Viveza da afiguração* é um outro nome do suplemento de realidade que a retórica clássica procurava pela *inlustratio* e pela *evidentia*¹⁴, de que a *ekphrasis* é a expressão acabada, associando o discurso à representação material. A convocação do referente funciona como um modo indirecto de reactivar a acção transacta (que o imperfecto consegue directamente) e de antecipar *de visu* o futuro.

14. Por fim, uma aura alucinatória do mesmo tipo resulta da enunciação dos sujeitos da enunciação. A *primeira pessoa* é o portador natural da experiência, e é na primeira pessoa que Camões e o Gama descrevem a experiência dos navegantes. Ela invade também outras esferas da acção e do discurso. O sujeito último da enunciação, Camões autor de um poema dedicado ao rei Sebastião, tem a jusante diversas figuras que são como que seus representantes, mediante citações directas encaixadas umas nas outras. (Além do narrador e do autor, haveria que considerar, a montante, o sujeito Luís de Camões que, pela boca do autor, se exprime algumas vezes — e, já o sugerimos, numa outra dimensão, o *poeta*).

Assim, Camões narrador da viagem (de I, 19 a X, 144) encaixa-se em Camões autor do poema lido ao Rei (de I, 1 a X, 156) e os discursos dos Gamas e das deusas encaixam-se na fala de Camões narrador da viagem. Outros encaixamentos ocorrem dentro destes discursos. Diferentes locutores — deuses, mouros de Moçambique, etc. — se encaixam na pri-

meira pessoa de Camões antes de este passar a palavra ao Gama em Melinde (“mandas-me, ó rei, que conte ...”, III, 3:5). O Gama deixa-se interromper pelas personagens da sua história, citando-se aliás também a si próprio (cf. IV, 79). Os encaixamentos vão ainda mais longe. Por exemplo, a fala do Ganges (IV, 74) inscreve-se no sonho de D. Manuel que se inscreve na fala do Gama que se inscreve na de Camões narrador da viagem que se inscreve na fala do autor Camões. Todos são actores ou testemunhas oculares das acções que narram.

O “efeito primeira pessoa” pode conseguir-se indirectamente. Neste exemplo, D. Manuel não fala na primeira pessoa, mas um contexto imediato de procedimentos presentificadores produz uma impressão forte de personalização. São eles:

a) O *gerundivo* da narração, antes de Manuel começar a sonhar (“estando já deitado no áureo leito”, IV, 68:1);

b) e um *progressivo* no presente e no imperfeito, no começo do sonho (“das águas se lhe antolha que saíam, par’ele os largos passos inclinando...”, 71:1-2) e no fim (“acorda Emanuel cum novo espanto”, 75:3). O progressivo produz-se de parceria;

c) com vários *discursos interligados*, na primeira pessoa: o discurso do Ganges, o discurso do próprio Manuel ordenando que o Gama comande a expedição (78 e 79:1-4) e dois discursos do Gama, com interlocutores diferentes: o rei de Melinde, com particular vigor (“Eu, que bem mal cuidava...”, 77:1), e D. Manuel (“ó Rei subido...”, 79:5-8). Além disso, na sequência imediata do seu sonho — ter-se-ia aqui algo como um “progressivo semântico”,

d) o mesmo D. Manuel havia já sido *citado indirectamente no presente*: “chama o rei os senhores a conselho e propõe-lhes as figuras da visão; as palavras lhes diz do santo velho” (76:1-3). O sonho aparece envolvido numa acumulação de progressivos e de citações na primeira pessoa, nomeadamente a de D. Manuel que também é semanticamente dominante — ele é o eixo da acção —, obtendo-se assim o efeito de autentificação característico da primeira pessoa falando em nome próprio. O leitor não prevenido experimentará porventura o sentimento de ouvir D. Manuel relatar o seu sonho.

A primeira pessoa estabelece que os locutores exprimem *pontos de vista*¹⁵. É esse sem dúvida um traço que torna o poema *interessante*. Ele constrói-se através da variedade dos pontos de vista de personagens trazendo a sua experiência própria — Camões nas suas diferentes figuras, Gama, Vénus, Baco, uma quantidade de locutores enxertados nas narrativas de fundação, o Velho do Restelo, Adamastor... A personalização ajuda a desfazer a identidade rígida da alegoria.

A estranheza da experiência

15. Para o sentimento de presença concorre ainda a tonalidade geral da viagem (inserimos aqui um parêntese «semântico», sugerido pela experiência actual segundo a sintaxe: o seu lugar próprio seria o § 17). Conviria reexaminar a esta luz o *topos* do experiencialismo dos *Lusíadas*, que é menos um empirismo do que a surpresa constantemente provocada por um *absolutamente novo*, tão aterrador quanto deslumbrante. “Que gente será esta (em si diziam) que costumes, que Lei, que Rei teriam?”, perguntam-se os navegantes mal a viagem começa (I, 45, 7-8), quando embarcações de uma ilha aparentemente deserta se aproximam da frota (I, 44:6). Um outro aparece onde nada parecia haver e isso é, em si e por si só, *fascinante*: “a gente se alvoroça e, de alegria, não sabe mais que olhar a causa dela” (ibid.:6-7). O tom está dado, o *inesperado* será o modo da viagem. A ilha é Moçambique e o enredo que nela se vai jogar, longamente relatado (as primeiras maquinações de Baco), é como que o símbolo da viagem — sem que, contudo, nada pudesse tê-lo sugerido antes: ao avistar Moçambique, o Gama “para se aqui deter não vê razão que inabitada a terra lhe parece. Por diante passar determinava, mas não lhe sucedeu como cuidava” (I, 44:5-8).

Os “casos” (V, 17:1) “vistos, claramente vistos” (V, 18:1), “os segredos escondidos da natureza e do húmido elemento”, como diz o Adamastor (V, 42:1-2), são essas “perigosas cousas do mar, que os homens não entendem” (V, 16:1-2). Camões apresenta-as na sua “verdade nua e crua” (V, 89:7), entre o maravilhoso e o temeroso, nos limites extremos

da experiência natural. A novidade é *extraordinária*, quer na viagem do Gama quer nas descobertas futuras anunciadas por Tétis. Não só fogos de Santelmo, escorbuto, correntes “tão possante<s> que passar não deixava<m>” (V, 66:7-8), ou tempestades de que se sai “como quem despertou de horrendo sonho” (VI, 94:8); mas ainda canibalismo (X, 126), países outrora povoados por “monstros filhos do feio ajuntamento duma mulher e de um cão”, onde hoje os homens envolvem o sexo em “soante arame” (X, 122:3-6). E aves do Paraíso, “que não decem nunca à terra e só mortas aparecem” (X, 132:7-8), rios em que a madeira se petrifica (134:8), ilhas onde nascem flamas trémulas, óleo mana de fontes e árvores choram licores mais odoríferos que os perfumes da mitologia (135)... “*Que influência de sinos e de estrelas! que estranhas, que grandes qualidades! e tudo sem mentir, puras verdades*” (V, 23:6-8). É esta a semântica natural da viagem.

O mar agarra-se aos cascos, entranha-se nos barcos que o cruzam. “Aqui de limos, cascas e d’ostrinhos, nojosa criação das águas fundas, alimpámos as naus, que dos caminhos longos do mar vêm sordidas e imundas” (V, 79:1-4). Tritão, mensageiro de Neptuno (VI, 16), recoberto por moluscos e crustáceos, é a imagem viva da fusão das caravelas de D. Manuel com os elementos. Nesta experiência duma *estranheza* que é *inquietante* por estabelecer a mais próxima intimidade com um alheio absoluto, o mítico Tritão é *pura verdade*, como também são verdadeiras as alucinações do Adamastor e da Ilha dos Amores. Mais verdadeiras do que a percepção porque por elas se diz a verdade principal dos *Lusíadas*. As posições da experiência e da alucinação complicam-se — a alucinação não é apenas uma falsa percepção, a percepção transporta uma quota parte de alucinação. (Algo do mesmo género transparece da cartografia da época.)

A tromba marítima ilustra admiravelmente este *antre lobo e cão*, como diria Sá de Miranda¹⁶. A percepção absolutamente segura de si desentranha-se em prodígios. Aquilo que se “vê certamente” (V, 19:1) — certeza que é o eco insistente do “vi, claramente visto” da estrofe anterior, a propósito do fogo de Santelmo — é, para “todos” os que o viram, “excessivo milagre e cousa, certo, de alto espanto” (V, 18:5-6). Rapida-

mente o *fascinium* se converte em *tremendum*. A tromba engrossa vertiginosamente, aparecendo aos navegantes “qual roxa sanguessuga” que, “nos beiços da alimária que, imprudente, (...) a recolheu”, se vai “farta<r> co sangue alheio”. Desfaz-se — “às ondas torna as ondas que tomou” (V, 21-22) —, “*despois que de todo se fartou*”. Como se a tromba se tivesse efectivamente transformado em sanguessuga e a água num mar de sangue.

Neste mesmo volume, Helder Macedo mostra que as visões do Adamastor e da Ilha devem ser concebidas como alucinações veras e próprias — e a alucinação é a modalidade extrema da inquietante estranheza. O Cabo das Tormentas que Bartolomeu Dias descobrira (cf. V, 44:2) é alucinado pelos navegantes na forma duma nuvem que se reconstrói como uma figura¹⁷. E a Ilha desloca-se paralelamente à frota, *invisível até que esta a vê*, immobilizando-a então Vénus (“Mas firme a fez e imóvel, como viu que era dos nautas vista e demandada”, X, 53:1-2, cit.). Adamastor não existe antes de ser visto, como não há esta ilha, não assinalada em nenhum mapa, antes de ser olhada.

Uma relação ambígua e muito interessante une aliás Adamastor e a Ilha de Vénus. Adamastor é um gigante transmutado em penedo em virtude do seu amor por uma divindade marinha, a nereide Tétis (Thetis), filha de Dóris, homófona em Português e quase homónima da Tétis deusa do mar (Tethys) e esposa de Neptuno, segundo Camões, seguindo Ovídio: essa mesma Tethys que, em nome de Vénus, acolherá o Gama na Ilha que é a recompensa da viagem. Ora, pode talvez depreender-se das últimas palavras do Adamastor que Camões confunde a nereide com a deusa: “e, por mais dobradas mágoas, diz o gigante, me anda Tétis cercando destas águas” (V, 59:7-8). Esta Tétis englobante sugere talvez Tethys, esposa de Oceano, mais do que a nereide Thetis. Mas não será, antes, que Camões provoca deliberadamente a confusão no leitor, como se Thetis fosse uma anamorfose de Tethys? Tanto mais, acrescente-se, que uma relação de filiação as une directamente. Thetis é uma das cinquenta nereides (Galateia, de que falaremos, é uma outra), assim chamadas por serem filhas de Nereu e de Dóris: ora, Dóris é filha de Oceano e de Tethys!¹⁸. Insinuando uma ligação entre Adamastor e a Tethys execu-

tora da vontade de Vénus, Camões correlaciona as duas alucinações dos *Lusíadas*. E a paixão de Adamastor antecipa no modo do sublime a impaciência sexual dos navegadores do Gama: "Já néscio, já da guerra desistindo, uma noite, de Dóris prometida, me aparece de longe o gesto lindo da branca Tétis, única, despida. Como doudo corri de longe, abrindo os braços pera aquela que era vida deste corpo, e começo os olhos belos a lhe beijar, as faces e os cabelos" (V, 55; também a Tétis "linda esposa de Neptuno" se passeia quase nua, "grave e leda no gesto, e tão fermosa que se amansava o mar, de maravilha", VI, 21:1-2, 3-4).

O amor vive-se como uma *realidade alucinada*, literalmente. Os marinheiros que alucinarão mais tarde a Ilha alucinam Adamastor e foi o amor que levou o gigante a alucinar — também ele! — Tétis numa rocha: "(...) crendo ter nos braços quem amava, abraçado me achei com duro monte (...) não fiquei homem, não; mas mudo e quedo e, junto dum penedo, outro penedo!" (V, 56:2-3, 7-8). Adamastor, alucinação dos navegantes, alucinou Tétis... Milagre da poesia que consente sonhar dentro do sonho¹⁹.

16. Ontologicamente (numa ontologia do homem que é também a do poético), a estranheza da experiência resulta talvez de a viagem constituir um compromisso, em última análise inviável, entre instâncias diferentes — todas elas perturbantes, em si mesmas e na sua confluência. São elas a cena primitiva de um *Paraíso perdido* ou de uma idade de ouro destruída, e a vocação daí decorrente dessa *vagabundagem undívaga* de que o Samorim acusa o Gama (VIII, 61:4 e 67:2) e que parece ser o destino do homem após a queda e a idade do ferro²⁰. Mas a viagem é também *prazer* da novidade pela novidade, e o motor da vagabundagem um *desejo* que na semântica dos *Lusíadas* contém a *promessa* dum reencontro. Estes serão — pelo *amor* que é paraíso e exílio, desejo e promessa impossível, violência e fragilidade — os ingredientes de um último elemento que, sem os unir, os reúne num outro plano: o *poético em si*, o propriamente poético, que, por recolher tudo isto, é o mais estranho e o mais perturbante. A viagem é naturalmente poética, e também o amor, e o poético é habitado por uma estranheza múltipla.

Sem o sentimento de um exílio originário não haveria razão para sair de casa e ir à procura, sem o desejo a viagem não seria um movimento natural, sem prazer e promessa o desejo ficaria em terra. Nenhum destes dados se perde ou é dialectizado entre o começo e o fim dos *Lusíadas*. A promessa não tem força para resgatar a condição dos nautas e a esperança de uma redenção não se realiza no poema. Não obstante, o Paraíso parece anunciar-se *já* dentro da viagem. Uma população da costa de Moçambique vive na descuidada imanência de um pastoril virgiliano (V, 62-63) e o Ganges que, na mais perfeita actualidade, *aparece* a D. Manuel na qualidade de rio do Paraíso terrestre (IV, 73-74, cf. III, 72), simboliza essa Índia a que os viajantes *chegaram* já (VII, 1). No fim do poema, a Ilha de Vénus, que se diria extraída de um paraíso terrestre do Brueghel de Veludo (IX, 54-63), prefigura a realização de *todo* o desejo. Tétis apresenta o futuro nestes termos: "aqui te dou (...) aos olhos teus, pera que vejas *por onde vás e irás e o que desejas* (X, 79:8).

Mas a realização operar-se-á numa utopia somente alucinada (a Ilha)²¹, e se a viagem é gosto e fascínio alegre pelo novo, a vagabundagem permanece derrelicção irremissível. O Velho do Restelo explica que o Gama vai reproduzir o pecado original de Adão, como se estilhando uma segunda vez a idade de ouro (IV, 98). O Velho não é uma simples alegoria do Portugal tradicional e reaccionário. O sofrimento das famílias e dos marinheiros que se aprestam a partir ("nós outros, sem a vista levantarmos nem à mãe, nem à esposa, neste estado, por nos não magoarmos, ou mudarmos do propósito firme começado", IV, 93:1-4), como tudo o mais que profere o "velho honrado" (V, 1:1), pertence integralmente à *verdade* da viagem: essa verdade que os *Lusíadas* querem clamar. O Velho antecipa o que se vai passar, que é aquilo mesmo que o discurso da segunda refundação celebra: "Buscas o incerto e incógnito perigo por que a Fama te exalte e te lisonje chamando-te senhor, com larga cópia, da Índia, Pérsia, Arábia e Etiópia" (III, 5:8). A maldição que lança é um lamento sem esperança, a viagem é experiência de separação e de perda: "Oh, maldito o primeiro que, no mundo, nas ondas vela pôs em seco lenho!" (IV, 102:1-2). A condoída e comovida evocação do naufrágio dos Sepúlvedas confirmará pouco depois a imprecação do Velho, e a pro-

fecia do Adamastor que a desenvolve (V, 43-48). Também a advertência de Baco ao Xequê de Moçambique formula acertadamente o ponto de vista dos povos descobertos. A conquista é predação, engano, destruição, roubo, redução à servidão (cf. I, 78-79).

Semântica: a hipóstase da fundação

17. Os efeitos da sintaxe da viagem sobre a sintaxe da fundação não se acompanham pela indução simétrica dos valores sintácticos da fundação sobre a viagem. Salvo as excepções indicadas (cf. § 5), a viagem não se diz no perfectivo, no passado e na terceira pessoa. Camões relata-a em seu nome e quase como se nela tivesse participado (cf. § 4) — à maneira do Gama em Melindê. Uma dinâmica análoga estabelece a supremacia semântica da fundação sobre a viagem. Os parâmetros semânticos dos *Lusíadas* respeitam ao portador e às circunstâncias da acção, à lógica que a anima, às modalidades que a caracterizam e ao seu referencial simbólico. Os valores correspondentes são, *na viagem*: a individualidade variada dos navegantes (e de quem eles encontram pelo caminho), o aqui e agora de uma expedição, uma lógica da diferença que evolui nas modalidades do possível e do contingente e assenta no pluralismo da mitologia — e *na fundação*: a comunidade lusíada na sua identidade trans-histórica e a necessidade que sustém a sua história, votada a submeter os inimigos da cristandade e a apropriar-se dos mundos novos.

Sintaxe e semântica deveriam contribuir para uma verdade única. A evidência "sintáctica" da viagem (veridicção) comunica-se à história, tomada indesmentível porque recebe os valores da evidência (progressivo, presente, primeira pessoa, indicativo); e a viagem validar-se-ia agora pela sua subordinação às categorias semânticas da fundação, também sem contra-efeitos. Mas, se a primeira operação se realizou com êxito — pelo menos, *prima facie*, teremos de introduzir restrições —, o mesmo não acontecerá com a segunda: a semântica da viagem resiste ao império da fundação (ou seja, o poético pode mais que o político). Mas também não absolutamente.

Dos valores semânticos da fundação (cf. §1 e §6) extrai-se sem dificuldade o princípio da sua actuação. O conjunto *comunidade / identidade / necessidade / catolicismo* domina e reelabora o conjunto *expedição / diferença / possibilidade e contingência / paganismo*.

Nestes termos, a expedição representará a comunidade, os navegantes são uma *delegação* de Portugal. E a identidade da comunidade mantém-se dentro da diferença própria à viagem na forma de uma *continuidade* de sentido (um *telos*), constituída pelas "descobertas em série" entre Moçambique e Melindê (narração de Camões) e entre Lisboa e Moçambique (narração de Vasco da Gama). Elas serão ampliadas pela descoberta gradual do Oriente, do Brasil a Ocidente, e até pela viagem englobante de Magalhães (narração de Tétis) — pois Fernão de Magalhães "no feito, com verdade, Português" permanece (X, 140:7-8). O ciclo das descobertas não se perfez ainda (cf. V, 14:7-8, falta encontrar o Pólo Sul) mas esta mesma continuidade assegura desde já a sua conclusão futura, conforme uma necessidade que Tétis põe em destaque: "inda outra muita terra se esconde até que venha o tempo de mostrar-se" (X, 131:1-2). Também os selos do Apocalipse se desselarão progressivamente na profecia de Vieira²⁷.

Tal necessidade investe o possível e o contingente (o necessário opõe-se ao possível como ao contingente). A viagem deixa de ser simplesmente um possível para *dever efectivar-se*. É unânimemente que o conselho de D. Manuel "determina" a expedição (IV, 76:5), indo ao encontro do pressentimento de Vasco ("que sempre grandes coisas deste jeito, pressago, o coração me prometia", IV, 77:4-5); a antecipação da acção sobrevem também na alma daquele que será o seu executor.

Depois, a necessidade submete a contingência da viagem pelo menos por duas maneiras. A fundação transmite à viagem o seu estilo inaugural. É sempre pela primeira vez que se cruzam tais mares e se vêem tais céus e tais prodígios — os "mares nunca doutro lenho arados" (VII, 30:7) são o *topos* pelo qual nos iniciámos nos *Lusíadas*. Dito por outras palavras, a novidade da viagem revelar-se-á *descoberta* absoluta; e a descoberta da Índia, pela qual Portugal se refunda, representa o salto crítico marcando o advento do futuro. A fundação necessária reduz ainda a con-

tingência porquanto a viagem do Gama é uma *missão providencial*. Ela terá de chegar a destinação e lançar a primeira pedra do Novo Reino (I, 1:8), a empresa lusitana consubstancia um decreto divino. Marte, deus da guerra, está do lado dos portugueses (I, 36-41) e Vénus, que os leva a bom porto, “ordenada era, pera favor dos Lusitanos, do Padre Eterno” (IX, 18:1-3). Assim, “àqueles tão bravos navegantes, despois que a branda Vénus enfraquece o furor vão dos ventos repugnantes”, uma “larga terra lhe<s> aparece, fim de suas perfias tão constantes, onde vem samear de Cristo a lei e dar novo costume e novo Rei” (VII, 15:2-8).

Logo no começo do poema, o sucesso havia sido decretado por Júpiter (I, 24-29, 40-41), que o repetirá a Vénus (II, 44-51). O *êxito da viagem* é o primeiro momento da vitória religiosa e política sobre o Mouro e sobre o paganismo, pela qual se resgatará a cristandade corrompida (cf. VII, 1-15). O Gama escapa a todas as emboscadas de Baco e é ele quem recolhe a confissão de Tétis: “(...) eu, Saturno e Jano, Júpiter, Juno, fomos fabulosos, fingidos de mortal e cego engano” (X, 81:2-4). (Mas não acreditemos em Tétis.)

Testemunho da vontade colectiva e momento crítico de um movimento único e contínuo de descoberta, a viagem do Gama representaria a efectivação necessária do possível, mediante uma missão conduzindo ao estabelecimento definitivamente universal do cristianismo... Numa apresentação diferente, estamos em crer que todos estes elementos se traduziriam por conceitos equivalentes. É esta a semântica da fundação: ela *não é natural*, como a da viagem.

Efeitos globais

18. Há porém falhas — em primeiro lugar no sistema da fundação, e a falha é originária, pois respeita aos seus valores próprios. A fundação não se produz, como a viagem, na imanência da experiência, mas remete para uma *autodesignação* que é múltipla. Na sua acepção “belicosa”, “que o peito acende e a cor ao gesto muda” (I, 5:3-4) — a acepção de Camões —, comunidade, identidade, necessidade histórica e um cristianismo que

é catolicidade, significam passagens ao limite que só de si mesmos se reclamam. Elas conjugam-se para declarar a identidade de Portugal arauto da cristandade, reconstituído pela sua vocação universal. Assim se transforma em destino a sorte só raramente comum de uma certa gente que fala uma certa língua em cima de uma certa terra, ligada em cada momento por algumas solidariedades e muitas dependências, mais ou menos conflituosas. A viagem, que se fez como se pôde, de um povo através da sua história sublima-se num absoluto personificado. A homogeneidade e a afirmação imperial deste destino são para Camões evidências, colocadas à partida — Neptuno e Marte “obedeceram” ao “peito ilustre lusitano” (I, 3:6-8) — e reafirmadas no fim. Os portugueses são feitos “pera mandar” (X, 152:4).

É notável que também a semântica da fundação se aproveite de traços da evidência. No motivo da comunidade ecoa a consonância de um canto que é a metáfora auditiva da evidência²³ — e a Ninfa “cantará” a história de Portugal “em consonância igual” com os instrumentos (X, 6:3), acompanhada pelo coro das suas irmãs (“numa cônsona voz todas soavam”, X, 74:8). A identidade e a necessidade participam da evidência²⁴. Mas uma religião de Estado e um projecto imperial não são certamente evidências, e menos ainda quando são rejeitados pelos seus destinatários, como acontece com Portugal na Índia. Em si mesmas, tanto a evidência conceptual como a epopeia transportam um excesso — num caso o abandono da prova, no outro a transformação da contingência em destino — relativamente ao material da experiência sobre o qual se elaboram²⁵. Nos *Lusíadas*, conforme se viu, tal material corresponde ao regime verbal da viagem: a fundação não enforma a viagem, será antes Camões que a alucina na viagem. E o excesso *redobra*, é o que grandiloquo significa. Camões engana-se e engana-nos quanto ao estatuto da fundação e ao seu poder sobre a viagem.

19. O efeito-*Lusíadas* compreenderia portanto efeitos directos decorrentes da *sintaxe da viagem* e da *semântica da fundação*, e efeitos indirectos que consistiriam na *verificação da história* (a história tornada verdade) e na *validação da viagem* (a viagem inscrita numa teleologia). A

primeira deve-se à reconstrução da sintaxe da fundação pela sintaxe da viagem, e vice-versa, no plano do sentido, quanto à segunda. Chamando-a a si, a fundação arrancaria a viagem ao acaso da vagabundagem.

Os resultados que obtivemos são então os seguintes, que nos permitimos recapitular abusando da paciência do leitor. A veridicção da história estabelece-se por uma *operação alucinatória*, por efeito do *progressivo* e do *presente*. Progressivo e presente aspectuais constituem os valores próprios da viagem em curso — o referente do progressivo é a experiência vivida na sua actualidade —, contada por Camões e pelo Gama; recorde-se que, na forma do imperfeito, o progressivo transporta para o actual a parte já efectuada da viagem. Essa mesma operação restitui ainda a história à actualidade do presente, quer se trate do passado (discurso histórico de Vasco: a genealogia dos reis; e também discurso de Paulo: a fundação afonsina e a refundação joanina), quer das acções por vir, de maneira incoativa (X, 7:2, discurso da Ninfa: a conquista do Oriente). Uma *alucinação do referente*, relativa ao passado (discurso de Paulo) e ao futuro (discurso de Tétis), obtida por vários procedimentos ostensivos, consegue uma reactivação e uma presentificação análogas. O conjunto completa-se por uma *alucinação da primeira pessoa*, com alcance de testemunho. A narração, que deveria reportar-se à terceira pessoa, porque se refere à história de Portugal transacta ou futura (“X fez”, “X fará”), diz-se na primeira pessoa, em forma de citação (“faço”, “fazia”), associada ao progressivo da acção.

No que respeita à validação da viagem pela fundação, os efeitos induzidos decorrem de valores semânticos: a operação é aqui mais simples, dado que estes valores são em si mesmos conceitos abstractos. Assim, a operação consistirá na fusão dos valores simétricos da fundação e da viagem, com predomínio dos primeiros (§ 17). Apuraram-se seis efeitos diferentes (apresentações diferentes são possíveis, e haveria que considerar desdobramentos dos valores aqui destacados, cf. *post-scriptum*). *Deléção* funde “comunidade & expedição”, em que comunidade domina expedição; a *continuidade* das viagens de descoberta aglutina “identidade & diferença”, em que identidade domina diferença, tal como a *efectivação* da viagem associa “necessidade & possibilidade” (em que

necessidade domina possibilidade). O estilo *inaugural* da viagem, a descoberta absoluta, deriva de “fundação necessária & contingência”, com supremacia da primeira. Também a *missão* da viagem condensa “necessidade & contingência”, em que a necessidade domina. Por fim, na ideologia camonianiana, o teor de “cristianismo & islão” não pode deixar de ser o êxito da viagem, mau grado as artimanhas de Baco, patrono de Mafoma. Mas a ideologia não é unívoca no que toca ao paganismo. Pois não se deve a Vénus o bom sucesso do Gama?

O efeito global das interações associaria os valores sintácticos e semânticos dominantes e a sua acção sobre os valores dominados. A fórmula (quase) completa do efeito-*Lusíadas* — que ela nos seja perdoada — seria portanto a seguinte: [[[progressivo, presente, referente actual, primeira pessoa) & (alucinação do progressivo, alucinação do presente, alucinação do referente, alucinação da primeira pessoa)] & [(comunidade, identidade, necessidade, catolicidade) & (delegação, continuidade, efectivação, descoberta inaugural, missão, êxito)]]]. Deixamos por enquanto de lado os valores dominados, isto é, a sintaxe da fundação e certos aspectos da semântica da viagem. Eles situam-se para além da malha das intenções do poema.

Cada um destes termos é suposto trazer à *verdade do conjunto* a sua quota parte de eficácia, no modo da evidência. Ter-se-ia portanto: evidência sintáctica (própria) da viagem & evidência sintáctica (induzida) da história passada e futura & efeitos semânticos (próprios) da fundação & efeitos semânticos (induzidos) da viagem. Tal seria a química fina desta proposição menos tortuosa: *a existência em acto — passada, presente e futura — e a vocação imperial de Portugal desdobram-se num processo providencial de descoberta, que a missão do Gama encarna.*

Mas a configuração *comunidade / identidade / necessidade / catolicidade* constitui uma hipóstase. Também aqui o Velho do Restelo faz o bom diagnóstico. A *conquista* em que a fundação repetida de Portugal vai desembocar recobre o infinito do “fogo de altos desejos” de Prometeu e a arrogância não menos infinita de Phaeton e de Ícaro (IV, 103-104). Fogo e arrogância que se traduzem pela *incapacidade de não passar ao limite* e ao acto: “nenhum cometimento alto e nefando por fogo, ferro, água,

calma e frio, deixa intentado a humana geração. Mísera sorte! estranha condição" (IV, 104:5-8).

O sacrilégio de Ícaro não foi querer voar, mas pretender chegar ao Sol («arrastado pelo desejo do céu», *coeli cupidine tractus*, Ovídio, *Metamorf.*, VIII, 224). Ícaro e Dédalo, seu pai, estão presos no labirinto construído para o Minotauro. Para fugirem, Dédalo fabrica para ambos asas cujas penas estão coladas com cera, recomendando a Ícaro que não voe alto de mais. Um quadro de Carlo Saraceni, hoje no Capodimonte, representa o olhar desolado do velho Dédalo voando a meia altura e contemplando o começo da queda de Ícaro, atrás e acima dele. "Desejos demasiados não são desejos de vida"²⁶.

III

O malogro dos Lusíadas (1): pathos e ideologia

20. A autodesignação da fundação é inerente à soberania. É impossível não a efectuar e nenhum gesto anterior a esta posição inaugural é representável²⁷. Nos *Lusíadas*, porém, porque a fundação é um acto de conquista não endossado pelo Mouro, ela acarreta consequências que dão uma coloração particular — ideológica — aos valores da fundação e à sua acção sobre a viagem. Decorre daí também — por uma influência imprevista da *semântica da fundação* sobre a *sintaxe da viagem* — que a influência da gramática da viagem sobre a sintaxe da fundação apresenta dificuldades paralelas. Em última análise, a indução da sintaxe da viagem na sintaxe da fundação revela-se virtual — isto é, as alucinações falham — e a indução semântica da fundação não tem força bastante para reelaborar a semântica da viagem, como já pudemos constatar *de facto* a propósito da semântica natural da viagem. Mas não sabemos ainda por que deve ser assim.

Nenhuma das duas operações é convincente. Dito por outros termos, os elementos da evidência natural ("verdadeira") da viagem produzem somente uma aparência de evidência nos elementos contrapostos da

fundação, e a evidência hipostasiada ("falsa") da fundação não suprime a semântica natural da viagem. Começemos pela segunda questão.

Dizer que os valores semânticos da fundação têm na sua origem uma autodesignação significa que não se formam por actos de construção. São conceitos (identidade, comunidade, etc.) dados à partida, de uma vez para sempre. *Mutatis mutandis*, o mesmo ocorre quanto ao resultado procurado pelo investimento desses conceitos na viagem (continuidade, delegação, etc.). A redução da semântica da viagem é conceptual (§ 17): não deriva de operações estilísticas equivalentes às da morfossintaxe da viagem (os aspectos do progressivo e do incoativo, o tempo do presente, o modo do indicativo, a primeira pessoa), mas de uma aplicação directa dos valores da fundação. É assim quase *a priori* que estes correm o risco de se manifestarem por *sobrecargas de sentido* — inchando os nomes, os adjectivos, os verbos que o som tonitruante da "tuba canora" transporta, conforme Camões advertiu (I, 5:3, cit.). A autodesignação não aceita alternativas e a recondução da abertura da viagem à clausura do império não suporta ser questionada.

Tais riscos não teriam necessariamente de se concretizar, pois pode bem haver um estilo poético da fundação; se não o vislumbramos nos *Lusíadas* será por razões mais *a posteriori*. Aquilo que à viagem se transmitirá é a ênfase retórica da fundação, sem as suas incertezas e as suas áleas (a autodesignação da soberania faz-se em *estado de excepção*; como escreveu Carl Schmitt, ela começa por ser uma aposta). E é assim porque a aplicação dos valores é *imposta* do exterior, sem responder a expectativas nem operar transformações. O leitor queria — requereria — sentir a semântica própria da viagem, *aspirar* (por dentro) a uma instituição em verdade, pela sua inscrição na grandeza de um projecto político. Só um movimento deste tipo seria homólogo da acção sintáctica da viagem sobre a fundação, na medida em que colhe.

Tal é porém o que precisamente não acontece em Camões. O pesado e afectado estilo da linguagem da fundação nos *Lusíadas* não é uma questão de gosto — seria despropositado acusar Camões de mau gosto — nem o código obrigatório do poema épico. A explicação é outra. O reforço puro e simples dos valores semânticos, até à proclamação tau-

tologicamente triunfante do direito de conquista de Portugal, é a maneira mais imediata de disfarçar um fracasso. E a ideologia não desemboca nunca em poesia.

Não nos admiraremos então que a Ninfa "cante" assim: "Persas feroces, Abassis e Rumes, que trazido de Roma o nome têm, vários de gestos, vários de costumes (que mil nações ao cerco feras vêm), farão dos Céus ao mundo vãos queixumes porque uns poucos a terra lhe detêm. Em sangue Português, juram, descritos de banhar os bigodes retorcidos" (X, 68). Nem que — numa oitava manifestamente cinzelada — Paulo faça o panegírico de Nun'Álvares por estes versos: "Se quem com tanto esforço em Deus se atreve ouvir quiseses como se nomeia, 'Português Cipião' chamar-se deve; mas mais de 'Dom Nuno Álvares' se arreia. Ditosa pátria que tal filho teve! Mas antes, pai! que, enquanto o Sol rodeia este globo de Ceres e Neptuno, sempre suspirará por tal aluno" (VIII, 32). É natural, ou fatal, que as falas de Paulo e da Ninfa, em que o discurso da fundação se dá a conhecer em estado puro, sejam poeticamente calamitosas, imastigáveis.

Mas Camões-narrador não diz melhor, por exemplo, nesta estrofe que é um bom exemplo da injeção na viagem do teor religioso da história pátria: "Em vendo o mensageiro, com jocundo rosto, como quem sabe a língua Hispana, lhe disse: 'quem te trouxe a estoutro mundo, tão longe da tua pátria lusitana?' 'Abrindo (lhe responde) o mar profundo por onde nunca veio gente humana; vimos buscar do Indo a grão corrente, por onde a Lei divina se acrecente'" (VII, 25). Quando o estilo é menos cuidado, o catolicismo guerreiro dos *Lusíadas* exhibe-se sem constrangimentos, mais longe ainda do poético: "A vós, ó geração do Luso, digo, que tão pequena parte sois no mundo, não digo inda no mundo, mas no amigo curral de Quem governa o céu rotundo; vós a quem não somente algum perigo estorva conquistar o povo imundo, mas nem cobiça ou pouca obediência da Madre que nos Céus está em essência" (ou seja, a Santa Madre Igreja, VII, 2). Trata-se do mesmo poeta dos segredos escondidos do mar, dos incógnitos perigos?

Poder-se-iam escolher outros exemplos, não menos rebarbativos. Os resultados *antipoéticos* da rigidez ideológica enchem os *Lusíadas*. Mas

não têm força para impedir a dispersão poética da viagem, a ideologia não asfixia a novidade e o alegre espanto dos navegantes. Com o que só ficamos a ganhar.

O malogro dos *Lusíadas* (2): a resistência de Baco

21. Esta linguagem é sintoma de um problema que não se deixa resolver. Em que consiste ele?

A soberania partilha com o catolicismo o seu monoteísmo. Há um só soberano como há um só Deus²⁸. A viagem do Gama agencia a unidade da refundação política e do catolicismo, ou seja, a vocação do império universal, a catolicidade de Portugal. Esta dupla legitimidade, nacional e religiosa, faz com que o Portugal cristão se oponha aos deuses pagãos e aos inimigos políticos e religiosos reais, o Mouro e o Idólatra (cf. Júpiter em II, 54:3). Porém, se a mitologia é o referencial simbólico da viagem, e Deus *fons et origo* e também finalidade da refundação de Portugal, incoerências serão inevitáveis. Os deuses pagãos revelar-se-ão meras aparências segundo a religião e a fundação mas, do ponto de vista da viagem — que vai estender a religião e reconstituir Portugal —, acontece a Deus falar pela sua boca, e eles podem também opor-se-lhe. Viagem e fundação obedecem a lógicas ao mesmo tempo complementares e contrastadas. Baco — que é o problema dos *Lusíadas* — releva de uma mitologia que no seu conjunto assiste a viagem mas que, no seu conjunto também, se opõe ao cristianismo. E no decurso da viagem Baco ganha a existência de direito que Camões lhe nega.

22. As incoerências derivam em primeiro lugar de exigências poéticas. Baco, deus pagão, protege o Mouro que na fundação e na viagem é o inimigo de Portugal. Mas Baco é uma peça mestra do paganismo dos *Lusíadas*, de que Camões absolutamente necessita. O paganismo não é um artifício retórico — um mero manancial de alegorias — mas um *operador de poesia*: acabamos de ver que a estilística da fundação é o oposto da poesia e suspeitamos que viagem, amor, poético, conhecimento se dão

juntos. Em consequência, o Deus português precisa poeticamente do Olimpo a que Baco pertence constitutivamente, ou seja, no discurso da viagem, Deus e Portugal requerem o mesmo Baco que apoia o Mouro prometido ao “Inferno horrífico” (III, 112:4). A solução formal de Tétis, segundo a qual os deuses servem simplesmente para fazer versos, revela-se profundamente verdadeira, para lá do que Tétis pode pensar, mas falsa também. De facto, os deuses só servem para fazer versos deleitosos (X, 82:5-6), desde que eliminemos só. Sem os deuses não haveria o deleite dos *Lusíadas*.

A destituição dos deuses não é também admissível politicamente; e o verdadeiro triunfo do poema, contra a doutrina que professa, está no reconhecimento sem disfarce de Baco e do Mouro. Nisto reside, apetece-ria dizer, o *panache* de Camões. Os destinos de Baco e do Mouro, tal como os de Deus e Portugal, acham-se ligados. Como conceber então que Baco se submeta a Deus (conformemente à teoria de Tétis), posto que o Mouro não se submete a Portugal? Dir-se-ia que Camões foge à dificuldade fazendo, habilmente, com que Tétis esqueça Baco — na lista dos Divos que refere, é questão apenas dela própria e de “Saturno e Jano, Júpiter, Juno” (X, 82:2-3, cit.) — e, o que é ainda mais interessante, arranjando-se para que Baco desapareça do Olimpo! Como este havia antes explicado aos deuses marinhos: “E por isso do Olimpo já fugi, buscando algum remédio a meus pesares, por ver o preço que no Céu perdi, se por dita acharei nos vossos mares’. Mais quis dizer, e não passou daqui porque as lágrimas já, correndo a pares, lhe saltaram dos olhos...” (VI, 33:1-7)... Baco seria uma alma penada errando pelos mares, num intermundo mal definido (um anjo caído?), assim se desfazendo o embaraço que a sua presença no Olimpo significa. Esta saída *ad hoc* aparece tanto mais insatisfatória quanto, politicamente, Baco não pode constituir uma simples ficção e por ele se desvela o segredo da ideologia dos *Lusíadas*.

É verdade que Camões explora o estatuto ambíguo de Baco dentro da mitologia. Baco é o estrangeiro cuja integração nos equilíbrios do Olimpo permanece frágil e problemática. É um deus itinerante que, sem se fixar, vai de terra em terra, com o seu séquito de Ménades. Não se inscreve na cidade, habita grutas e florestas, coloca-se-se do lado da selvaja-

ria. E por aqui se obtém, atrevemo-nos a sugeri-lo, uma outra autentificação poética da mitologia. Baco, amigo do Mouro, é um deus da circulação e da viagem, e os *Lusíadas* exaltam uma viagem. O leitor de Camões (e mais ainda no século XVI, em que estas coisas eram sabidas) será nesta medida levado a encarar Baco também como — *volens nolens* — um cúmplice dessa Vénus protectora do Gama como antes o fora de Eneias, o filho que teve de Anquises (cf. IX, 23:1-2). Tanto mais será assim quanto a Ilha de Vénus é abertamente e exclusivamente *dionisíaca*: ou seja, Vénus inimiga de Baco dá por prémio aos navegantes os valores de Baco. Além disso, Baco tem tudo a ver com Portugal, e desde sempre. É o protofundador Luso quem dá nome ao país que virá a ser Portugal, e Luso é filho de Baco (III, 21:6-7, VIII, 2, 3 e 4). Assim, lemos acima: «ó geração do Luso...» (VII, 2:1, cit.).

Um quadro como *O triunfo de Galateia* da Farnesina, que dir-se-ia reunir já (data de 1511) diferentes elementos da Ilha de Vénus — antecipamos em parte (cf. § 29) —, exhibe a mesma cumplicidade entre Baco e Vénus. Nos *Lusíadas*, Galateia aparece uma vez, para aplacar a fúria dos ventos desencadeados pelas manigâncias de Baco contra a armada do Gama (VI, 89-90).

A referência de Rafael é Poliziano, que Camões conhecia bem²⁹ — e uma relação directa une aliás Tétis e Galateia: esta é filha de Dóris e de Nereu (Ovídio, *Metamorf.*, XIII, 742), e Dóris é filha de Oceano e de Tétis (Galateia é, pois, irmã da Thetis do Adamastor). Mal coberta por um manto, a nereide siciliana (Camões recorda que Vénus nasceu numa outra ilha, Chipre, cf. IX, 18), de pé sobre a concha em que a Vénus do mar é habitualmente representada, deixa-se transportar (como a ilha de Camões, que reproduz aliás a deriva de Delos, cf. IX, 53:3) por golfinhos³⁰. À sua volta, centauros marinhos (na história de Hércules e de Pholos, Diónisos confia uma jarra de vinho aos centauros) enlaçam outras nereides. Como Camões nos *Lusíadas*, Rafael coloca nos ares Cupido, outro filho de Vénus (cf. IX, 20-23), que distribui flechas aos “Cupidos servidores” (IX, 36:7), “mininos voadores” (30:1, cf. 30-33, 43, 47-48). Para completar as similitudes, dois tritões, à direita e à esquerda da deusa, convidam o povo do mar a glorificar Galateia — tal como

Cupido ordena que a Fama “celebrando vá com tuba clara os louvores da gente navegante, mais do que nunca os d’outrem celebrara” (IX, 45:2-4). No estilo do Tritão de Camões e das caravelas do Gama, as coxas do tritão à direita estão recobertas por escamas e um capacete de algas cobre-lhe a cabeça.

23. Ora, é importante observar — voltando aos *Lusíadas*, isso interessa-nos sobremaneira — que na intervenção da Fama Camões parece testemunhar uma curiosa reserva mental em relação à glória lusitana. O louvor em geral está sujeito a caução, pois a Fama é “temerária, jactante, mentirosa e verdadeira”, boateira: “que com cem olhos vê e, por onde voa, o que vê, com mil bocas apregoa” (IX, 44:5-8). Camões inspira-se directamente na magnífica página de Ovídio sobre a Fama (*Metamorf.*, XII, 43 e ss.). À maneira das buzinas dos tritões de Rafael, “já, murmurando, a Fama penetrante pelas fundas cavernas se espalhará”. O narrador (e sem dúvida o sujeito) Camões acrescenta: “fala verdade, *havida por verdade*, que junto a Deusa traz *Credulidade*” (IX, 45:5-8, cf. Ovídio, *ibid.*, 60-61).

Se assim é, isto aplicar-se-á, parece, à celebração dos portugueses. É verdade que, na estrofe seguinte, Camões explica que os efeitos do “rumor” (46:1) respeitam ao Olimpo: a Fama aplaca a má vontade dos deuses que Baco pusera do seu lado, em particular dos “peitos feminis”, inconstantes por natureza. Mas, pelo que lemos, ela fá-lo, explorando uma credulidade que abrange homens e deuses; e o que antes foi dito sobre a Fama ficou dito, e na mais perfeita generalidade (como também em Ovídio). Será, então, que a empresa desta gente navegante é *jactância* e *mentira*? (tal empresa só pode ser a refundação: não houve basófia na viagem e outrossim uma experiência de aflições). *A contrario*, não será que os louvores da Fama encobrem uma frustração?

Essa frustração é uma consequência mais directa de um desaire político, que se relaciona com a natureza da fundação. A autodesignação, sabemo-lo, não se estabiliza sem um suporte — uma confirmação — que tem de ser exterior. O suporte de Afonso Henriques e João I foi a *consagração* a que fizeram jus (o seu “alevntamento” pelo povo, § 6). Ora,

Vasco da Gama, embaixador do rei de Portugal — o Gama encarna aqui a fundação —, não obtém do Samorim aquilo que seria o equivalente da consagração popular, a saber, uma *aliança*. Bem pelo contrário, o Samorim, após algumas tergiversações, acaba por não querer saber do tratado que o Gama lhe propõe (“e se queres, com pactos e lianças de paz e de amizade, sacra e nua, comércio consentir das abundanças das fazendas da terra sua <a saber, o “grande rei” que mandou o Gama, VII, 60> e tua, porque creçam as rendas e abastanças (por quem a gente mais trabalha e sua) de vossos reinos, será certamente de ti proveito, e dele glória ingente”, VII, 62:1).

Naturalmente, é ainda Baco quem trama a rede de influências que paralisam o Samorim, predisposto a acreditar no Gama... mas quem acabou de ouvir Paulo saberá nesta altura que paz e amizade querem dizer *pactum submissionis*. Ora, sem a aliança, só o caminho da pura força fica aberto e por ele os portugueses enveredam, sem qualquer legitimidade sancionada pela outra parte. Substitui-a uma autocelebração que pelo seu excesso compensa a precaridade da conquista, votada a uma fuga para a frente incontrolável. Com efeito, a Ninfa explica que a seguir à viagem do Gama, as armadas portuguesas largarão do Tejo, para *vencer* (X, 10:3, 51:3, 55:1, etc.), *destruir* (X, 11:7, 55:2, 65:1), *desbaratar* (13:5, 15:1), *queimar* (16:2, 27:3), *abrasar* (19:2), *despedaçar* (28:4, 30:7), *destroçar* (60:4)... Numa palavra, para, com “fumo, ferro, flamas e alaridos” (36:8), “limpar a Índia” para “despois com ceptro governá-la” (66:1-2). Os conquistadores do Oriente amplificam a fúria da espada de Afonso Henriques contra o Mouro: “(...) o de Luso arnês, couraça e malha, rompe, corta, desfaz, abola e talha” (III, 51:7-8)!

Mas a conquista não se legitima sem o seu reconhecimento (é um problema espinhoso para os teorizadores da soberania nos séculos XVII e XVIII), e aqui se fissa a ideologia. O ponto de vista do Mouro permanece intacto na exacta medida em que não se rende ao Gama. Se a “infidel e falsa gente” (II, 6:8), o “torpe Mahometa” (IV, 49:6), o “Mouro pérfido” (III, 112:1), “malvado” (I, 101:1), não baixa a cerviz, ele *autentifica* politicamente Baco, seu representante no Olimpo. Baco não pode deixar de possuir realidade, dado que o Mouro não abdica do seu ponto

de vista relativamente à empresa do Gama. Tal é o invariável dilema das dominações sem consentimento: negar e ter também de reconhecer o lugar do outro. Porque o Mouro que não existe de direito resiste de facto: os deuses pagãos — *Baco dá eo ipso realidade ao Olimpo inteiro* — estabelecem-se para além da ficção de existência que seria o seu estatuto.

A ideologia não produz poesia (em termos absolutos, antes e depois de Camões, e as razões disso estão no ser do homem) e ela é requerida para colmatar as brechas da empresa imperial. É esta a antinomia sem saída dos *Lusíadas*. Dentro do seu quadro doutrinal, não é fácil que o mesmo corpo segure “numa mão sempre a espada e noutra a pena” (VII, 79:8).

O malogro dos *Lusíadas* (3): a falha da alucinação

24. Ao contrário da realidade de Baco, a restituição para o presente do passado abolido e do porvir, a restauração da acção morta, a recriação dos referentes, a generalização da primeira pessoa, não podem deixar de ser virtuais — apenas. Elas reorganizam a letra, mas não o espírito do discurso da fundação. Tal virtualidade não é simplesmente a da ficção. Importa saber por que são *convincentes* a ficção do Adamastor ou da Ilha de Vénus e, em geral, a imaginação da viagem — e por que a ressurreição da história é tantas vezes maçadora e a apologia do cristianismo retorcida como um bigode persa. Elas *não resultam* — e é neste sentido que as ficções sintácticas dos *Lusíadas* são virtuais. O nosso sentimento é bem outro quando Camões poeta rouba a palavra ao autor. — Pois há em rigor quatro Camões: o homem, o autor, o narrador, o poeta. Não são as deusas nem os Gamas, mas também não é o sujeito Camões (que, por exemplo, se queixa ao Rei ou lhe dá conselhos), nem o autor dos *Lusíadas*, quem dá vida aos amores de Inês, à paixão do Adamastor, à beleza de Vénus (II, 35-72). Mas já o narrador da viagem o consegue um pouco, pois a viagem é por si poética. Por que é assim? A resposta será complexa, ela compreende vários planos.

Numa outra linguagem, o problema enunciar-se-ia nestes termos: se a sintaxe tem poder para engendrar os *efeitos figurais* da evidência (cf. nos *Lusíadas* a afiguração do desejo e do amor, § 16), ou seja, poder de *mostrar*, ainda que limitado (mas a sintaxe da fundação não o possui de todo, o seu aspecto é o acabado, o seu tempo o passado e diz-se na terceira pessoa), falta-lhe porém o poder de *intensificação* que é a dimensão do *desejo investido*, igualmente presente na evidência. É esta intensificação que produz a alucinação¹¹. Nos *Lusíadas* o efeito de realidade permanece virtual porque o narrador não investe — não pode investir — a sua energia no procedimento que maneja. É o sentimento que as mais das vezes provocam as falas da Ninfa ou dos Gamas delegados do rei.

Num paradoxo que é só aparente, a relativa ineficácia das ficções *sintácticas* vai a par dos limites da captação *semântica* da viagem pela fundação. E esta contaminação da sintaxe pela semântica pode produzir-se porque a *semântica da fundação é veiculada pelas ficções sintácticas*, a cargo dos narradores: Camões e os Gamas em relação ao passado, a Ninfa em relação ao futuro — e porque os protagonistas da viagem e os cantores da grandeza pátria e do catolicismo imperial *são os mesmos*: também Camões narrador (e o homem Camões conheceu ao vivo a dureza do Império) e os irmãos Gama. (Tétis ocupa um lugar à parte: a sua realidade chama-se amor, descoberta, aventura, conhecimento, vividos em perfeita actualidade e numa verdade plena).

Cada um destes aspectos produz efeitos específicos que se misturam e se reforçam mutuamente. Os limites da aplicação à viagem dos valores próprios da fundação, por razões ao mesmo tempo poéticas e políticas, estão na origem do *empolamento* que se descreveu. Não há delegação e embaixada de um povo através do Gama, nem missão providencial, nem continuidade, nem promessa de êxito, mas violência ideológica e ferocidade contra um inimigo que não depõe as armas, e é isso que o estilo grandíloquo dos *Lusíadas* mascara.

Sendo assim — segundo aspecto —, haverá também *inadequação* entre os procedimentos de reactivação da tradição (vivos e vivificadores, colados à experiência sensível, presentes, abertos) e os seus objectos, a saber, essa mesma tradição empolada. O problema surge porque, como

dizemos, o conteúdo da evocação do passado efectuada pelas técnicas sintácticas é muito precisamente a semântica do discurso da fundação. Não será então de espantar que a reactivação acabe por produzir efeitos quase contrários, aparecendo-nos como repetitiva e demasiado pesada para reanimar o passado: o peso vem-lhe dos seus objectos. Há desfasamento entre o método da verificação e o ente de razão a que se aplica. Por isso as alucinações não funcionam bem, a actualização morfossintáctica atenua, mas não elimina a redundância inerente ao discurso da fundação.

Por fim, as ficções não são convincentes porque os seus autores não podem cantar com convicção um destino redentor e uma espiritualidade que a sua prática desmente completamente. Não se trata de psicologia, mas de uma outra inadequação, desta vez existencial, que incomoda igualmente o leitor. Como as histórias da *Menina e Moça*, a viagem é só o que o livro diz que ela é. Sem voltar a lembrar a aventura, que é o exacto contrário do império (§§ 15-16), aquilo que os navegantes buscam são bons sinais da Índia (V, 78), para lá chegar; e da Índia devem voltar com outros sinais. O Gama regressa contente sem ter contudo firmado o pacto com o Samorim: “mas como aquela terra que se estende pela Aurora, sabida já deixava, com estas novas torna à pátria cara, certos sinais levando do que achara” (IX, 13:5-8). A fundação está morta, irremediavelmente para trás, as apostas da viagem jogam-se no presente. O Gama sabe-o, não ouviu de D. Manuel qualquer alusão ao passado ou ao futuro agusto de Portugal (cf. IV, 77-78) e somente a certeza de “trabalho ilustre, duro e esclarecido” (77:3). Sem dúvida, no seu sonho (a que corresponde no Gama o vago pressentimento de “grandes coisas”), Manuel aprende da boca do Ganges que “grande parte do mundo <lhe> está guardada” (IV, 73:4) — mas sem qualquer referência ao passado, pois “não disse mais o Rio” (75:1). É tudo. Trata-se de conquista, aqui e agora, e é em termos sóbrios e práticos que Manuel confia ao Gama a chefia da expedição (IV, 78-79).

Também o Velho do Restelo sublinha logo depois que o projecto da expedição é eminentemente político, que ele teria alternativas e que a sua motivação é pelo menos equívoca. “Não tens junto contigo o Ismaelita, com quem sempre terás guerras sobejas? Não segue ele do Arábio a

lei maldita, se tu pola de Cristo só pelejas? Não tem cidades mil, terra infinita, se terra e riqueza mais desejas? Não é ele por armas esforçado, se queres por vitórias ser louvado?” (IV, 100). A verdade da viagem será fugir a procelas e doenças, fazer abortar as armadilhas do Mouro e executar o mandado do rei: chegar à Índia.

Todavia, o Gama apresenta-se a cada um dos seus interlocutores, na viagem e na Índia, como portador de gloriosas palmas de Portugal. Quando o rei de Melinde lhe pede, com um mínimo diplomático de cumprimentos (“o Reino tão potente”, “as guerras do começo... que são de preço”, II, 109:6-8), o relato da viagem e da história de Portugal, na sua facticidade — o Gama responde-lhe: “não me mandas contar estranha história, mas mandas-me louvar dos meus a glória”, etc. (III, 3:7-8, cf. também as duas estrofes seguintes). Mas não foi isto que o rei mandou.

Tem-se portanto aqui não um, mas dois tipos de desajustamento. Ao desequilíbrio («sintáctico») entre uma narração no progressivo e no presente e uma parte dos seus conteúdos, adicionam-se desajustamentos («semânticos») entre os conteúdos: a prática da viagem, a política de força, a celebração da história ímpar da pátria.

Em suma, a evidência acrescida, obtida graças à sintaxe da viagem e à semântica da fundação, e suposta exprimir um efeito global de verdade, descobre-se, pelos dois lados, minada por incapacidades internas. Tornar-se-á portanto necessário incluir na fórmula dos *Lusíadas* (§ 19) os valores sintácticos da fundação, que não foram pura e simplesmente anulados, e os valores semânticos da viagem, que conhecemos (a perturbante poética da experiência), mas cujo lugar dentro da dinâmica dos *Lusíadas* nos falta ainda demarcar. Dessas incapacidades não se segue, porém, que as induções se anulem agora retroactivamente — elas subsistem, virtualmente uma, sobrecarregadamente a outra. Segundo a intenção imanente dos *Lusíadas*, a contradição entre viagem e fundação seria negada pelos efeitos recíprocos de uma sobre a outra; contra aquela intenção, a negação é também negada, uma vez que os efeitos se afiguram problemáticos. Mas não se restitui por aí o estado original da questão (viagem vs. fundação). As técnicas sintácticas de activação e o discurso ideológico da fundação formam o texto dos *Lusíadas*. O resultado final é desajeitado, des-

confortável. Os *Lusíadas* não satisfazem, se os encaramos como o projecto do autor Camões.

Ser-se-á tentado a ler desta maneira a conclusão do poema, como se na surdez de um público ignaro Camões projectasse denegativamente o malogro do seu próprio canto. Porque, ao invés das consonâncias da Ilha de Vénus, a música dos *Lusíadas* desafinou; estamos longe das promessas do começo: "Nô mais, Musa, nô mais, que a Lira tenho destemperada, e não do canto, mas de ver que venho cantar a gente surda e endurecida" (X, 145:1-4). Não se percebe bem como pode o desinteresse dos ouvintes afectar o temperamento que estrutura o canto. É neste que reside o desconcerto.

Serviço inútil, glorioso e mísero amor

26. Dois sentimentos que acompanham, respectivamente, a operação sintáctica e a operação semântica — a fundação vai receber outros nomes —, *soltam* a poesia escondida dos *Lusíadas*. Para além da poesia intrínseca à narração da viagem (graças à sua sintaxe e à sua semântica naturais) e da evocação histórica quando escapa à ideologia, vamos descobrir uma experiência poética de outra natureza.

Ela nasce na margem do poema. Dentro deste, Camões ou os Gamas não podem estar animados por um desejo autêntico, porquanto a identidade que uniria Afonso Henriques, João I, Manuel e a catolicidade do Império é uma construção sem assento, não uma promessa que se executa pela aventura da viagem. O discurso dos Gamas parece antes determinado pelo fito obstinado de dar corpo — uma *imposição* de um outro tipo — a uma memória que se tornou exterior, inapelavelmente: em vez do desejo, um voluntarismo que, no sistema de encaixamentos das pessoas, reproduz a vontade do Camões autor e talvez do Camões sujeito, mas não imediatamente a do poeta. O contraste subsiste entre o estilo leve e fluido, enternecido e compadecido — animado pelo desejo —, do narrador da viagem e do amor, da piedade e da morte (Inês, Fernando, Adamastor, os Sepúlvedas, ou até a princesa Maria procurando conven-

cer Afonso IV a socorrer seu marido, III, 102-106) e o fastio laborioso dos retratos das batalhas ou a ladainha dos nomes de reis e heróis. E contudo uma outra poesia se recupera deste labor.

Porquanto, para o leitor de hoje que se reconhece no poético da fraqueza e da *adunamia* (o im-poder), os falhanços que registámos abrem clareiras de vária ordem. Primeiro, o efeito só relativo do sistema das alucinações liberta, por assim dizer, os valores sintácticos da fundação; paradoxalmente, as inadequações que inventariámos conduzem a um outro modo do poético. Não há medida comum entre a fundação e as condições e os avatares da viagem — e o leitor deixa-se tocar pelo patético de um serviço inútil que tenta dar aos valores da fundação a consistência poética que eles não possuem. Pelo seu lado, a fundação não abafa a aventura. Mas a sua influência sobre os valores da viagem comporta um segundo plano, na medida em que *não* falha completamente. Isto é, os limites da actualização sintáctica produzem efeitos poéticos de segundo grau, para além dos efeitos de primeiro grau produzidos pelo *êxito* dessa actualização. Esta culmina na Ilha de Vénus, que vamos agora descrever. Inversamente, o *êxito relativo* da reelaboração da viagem pela semântica da fundação produz efeitos poéticos de segundo grau, para além dos (não-)efeitos de primeiro grau produzidos pela *inoperância* dessa reelaboração, tal como foi analisada.

27. Os valores sintácticos da fundação chamam-se um pretérito e um perfectivo sepultados para sempre, e a exterioridade da terceira pessoa. A alucinação falha: o estilo é pesado, não se pode dar vida ao que nunca a teve. Mas o falhanço não é absoluto. A reactualização sintáctica permite que reis e heróis falem — *devam falar* — enquanto elos de *uma mesma* cadeia de discurso: a Camões, ao seu rei e ao seu tempo, e falar a nós também, pois a Ninfa abriu o futuro.

Assim se encena a imagem do peito ilustre e forte. Não é o segundo corpo do rei, à maneira dos teóricos isabelinos estudados por Kantorowicz, mas a alma única de um Portugal idêntico a si, de Viriato a Albuquerque e a Sebastião. Esta vontade e este desejo sem objecto real, uma teimosia partilhada por poucas outras vontades — talvez a do rei e as do

seu conselho, certamente não as do povo (o Gama explica-o comoventemente, cf. IV, 88-93) —, nem tão-pouco partilhada pelo desejo dos navegantes (“aparelhámos a alma pera a morte”, 86:3, cit.), inclusive o do próprio Gama (“fui destas praias <de Lisboa> apartado, cheio dentro de dúvida e receio”, 87:7) —, uma teimosia sem fundamento *in re*, mas que fosse repetida pelos leitores dos *Lusíadas*: eis a *intensificação* que os *Lusíadas* poderiam produzir e que criaria a continuidade entre as gerações, fazendo da expedição do Gama uma estação real de um só enredo imaginário. O poema seria então uma aposta sobre o futuro e não uma lição edificante extraída do passado, para um uso de circunstância.

Podemos dar um passo mais. Sabe-se que os mortos estão mortos e que o futuro está por realizar, e sabe-se logo também que a continuidade das gerações é ilusória. Mas a ilusão tem o sentido que Camões lhe deu. A reatualização *realiza* o sentido da ficção, que então se chamará invenção: algo dotado de alguma consistência é posto onde nada havia. Olhada assim, a fundação nos *Lusíadas* significa uma invenção da tradição e do futuro. O mesmo se dirá da sua nota enciclopedista (astronómica, zoológica, botânica, geográfica, histórica, etnográfica), que é talvez o equivalente da fundação em termos de saber, se tomarmos a sua pretensão totalizante como o apelo a um conhecimento em contínuo crescimento.

28. A semântica natural da viagem enquanto tal — a aventura — não é posta em causa pelo discurso católico-imperial. A aplicação deste não resulta e ela é deixada intacta. Em vez de influência, constatamos a mera justaposição da prédica política e da vagabundagem marítima tal como no-la pintam a descoberta da Índia e o anúncio das viagens futuras. Não cabe falar de uma libertação dos valores semânticos da viagem, pois eles não chegaram a ser questionados.

Tal já não é o caso da diversa e interessante humanidade dos *Lusíadas* — divertida, comovente, ridícula, perversa, fanática, voraz, poltrona, corajosa — que é ainda um aspecto do inesperado da viagem. Essa diversidade decorre da libertação semântica dos *pontos de vista* (ou seja, o que cada pessoa é e tem para dizer), encastrados na gramática da primeira

pessoa. A proliferação dos pontos de vista, principais e secundários, torna-se possível porque a ficção da primeira pessoa resulta e porque a apropriação semântica da viagem pela fundação não resulta. Haverá por consequência lugar para toda a gente, falando em nome próprio ou citada directamente, com o mesmo direito à palavra, sem censura política. A missão, a delegação da comunidade na viagem não relegam para o lixo a perspectiva do Velho do Restelo, do Samorim e dos seus acólitos, dos melindanos, dos mouros e idólatras inimigos da fundação. O mesmo vale para os marinheiros (Leonardo!) ou para as personagens mitológicas.

29. Não é tudo. Num plano propriamente semântico, também o amor apresenta duas faces — e dir-se-á que uma, sumptuosa, é de inspiração «sintáctica», uma vez mais em relação com os valores da viagem. A outra, bem mais sombria, enraiza-se no que o amor é — mas tem também a ver com o modo pelo qual a fundação afecta o amor.

A vitória do poeta sobre a fundação é a vitória do poético do amor e da aventura. Amor e aventura dão-se juntos, no estilo e na arquitectura do poema. Vénus e as Ninfas que assistem a viagem são, com Cupido frecheiro, as deusas do amor. Amor, viagem, paganismo desenham o registo poético dos *Lusíadas*, e o seu estatuto é a *realidade* mais que a ficção. A *viagem*, não vamos repeti-lo, faz-se na evidência de um processo vivo. As *paisagens mitológicas* são aquelas em que mais fortemente se exhibe a viveza da afiguração (cf. § 13), pense-se no retrato do Adamastor, nos paços de Neptuno (VI, 8-13) ou em Baco, que possui realidade suficiente para se metamorfosear em homem. E o mito é por seu turno a *paisagem carnal do amor*. Temos presente Vénus, por cujas “lisas colinas lhe trepavam desejos”, quando intercede pelos navegantes junto de Júpiter (o imperfeito é primorosamente erotizante, cf. II, 36:7-8), a roupa entreaberta de Tétis (VI, 21), a urgência na Ilha dos Amores: “tal dos mancebos há que se arremessa, vestido assi e calçado (que, co a mora de se despir, há medo inda tarde) a matar na água o fogo que nele arde” (IX, 73:5-8).

Aventura, paganismo, amor *formam sistema* nessa ilha onde Tétis e as ninfas — o mar — se oferecem aos portugueses. A Ilha começa por viajar paralelamente à frota, *ela é viagem*; e os “navegantes” merecem o

“prémio” de Vénus — “alegria” e “algum repouso”, “algum deleite, algum descanso”. São os seus “trabalhos”, a sua “lassa humanidade”, os seus “danos” nos “mares tristes” e isso apenas — nenhuma alusão é neste momento feita à missão imperial — que a Deusa Cípria recompensa (cf. IX, 18-20). E é na esteira das palavras de Tétis sobre os feitos futuros dos portugueses, “pelo mar que já deixais sabido” (X, 142:3), que Camões promete idêntico prémio aos navegantes vindouros. “Levam a companhia desejada das Ninfas, que hão-de ter eternamente, por mais tempo que o Sol o mundo aquece” (X, 143:6-8).

Na ilha se restaura o “vale ameno” de uma segunda idade de ouro (IX, 55:1, cf. 54-63). Também aqui a ficção o é de uma realidade. Não só o estatuto sensorial da Ilha, quando é apercebida, se assemelha à alucinação mais do que à percepção (cf. § 15) — a alucinação é mais forte do que a percepção normal — como nela, pela primeira e única vez, no momento em que o poema vai concluir-se — em “tempo real” —, o *mitológico*, em nome próprio e na primeira pessoa, entra em contacto com o homem. Não é já sob disfarces ou na forma de aparições nos sonhos dos homens, ou ainda como personagens da narrativa (Adamastor), que os deuses se dão a conhecer, como sem excepção aconteceu até aqui.

Também este comércio directo é inquietante estranheza, e também o é a maneira do contacto — quase animal, destituído de espiritualidade e ascese, o contrário de *Sóbolos rios*. A recompensa da viagem, na viagem, são a caça às ninfas (cf. IX, 74), “famintos beijos na floresta”, para os marinheiros (IX, 83:1), “doces jogos e em prazer contínuo” nos paços de cristal e ouro de Tétis, para o Gama (IX, 87). A festa pagã não se sublima em amor de Deus, a elevação neoplatónica está ausente das palavras de Tétis. Além das descobertas, Tétis fala de *Deus*, que apresenta como um Deus acima dos deuses, que *ninguém entende* (X, 80:7). Não chega porém a tratar-se de uma teologia negativa, nem de um Deus de amor. No discurso que se segue, Deus é missionário e português, simbolizado por S. Tomé cujo martírio na Índia o transforma em patrono natural: “pedimos-te <Tomé> que a Deus ajuda peças com que os teus Lusitanos favoreças” (X, 118:7-8). A perspectiva teológica entreaberta fecha-se imediatamente, em proveito do Deus da fundação, invocado por Tétis,

sabemo-lo, como solução dos problemas da ideologia católico-imperial. Dentro dos *Lusíadas*, esta entorse à verdade profunda de Tétis fica por explicar (é-se por certo tentado a recorrer aqui às explicações pelo contexto!).

30. A vitória do paganismo seria a vitória do amor, se ao amor fosse dado triunfar. Ele é o que há de mais real, a evidência suprema — sem prova e sem razão, o amor dá à vida o seu sentido. Mas o “fero Cupido” (IX, 23:6) é tirânico, possessivo, “nefando” (incestos, IX, 34), jamais satisfeito. Nos “miseros amantes”, “a viva flama, o nunca morto lume, *desejo é só que queima e não consume*” (IX; 31:7-8), é sua lei o capricho imprevisível do acaso. O amor é também enigma. “Destes tiros assi desordenados (...) nascem amores mil desconcertados” (34:1). Nada lhe resiste: “vencido fora de Amor, que, enfim, não tem defesa” (X, 49:1-2, e Júpiter “se só <com Vénus> se achara, outro novo Cupido se gerara”, II, 47:7-8).

Ora, a fundação, que agora se chama poder, sociedade, segurança, vingança política, defende-se contra esta inconstância selvagem e esta paixão. O amor subverte a fundação: aí estão D. Teresa, Inês de Castro, D. Fernando, Leonor Teles a demonstrá-lo por diferentes maneiras. Por isso o poder é contra o amor — Albuquerque manda executar um soldado por um crime de amor (X, 46-47) —, o povo também. Camões di-lo duas vezes, a propósito de Inês (III, 124 e 130). Para mal dos amantes, o discurso da fundação age sobre a semântica luminosa da Ilha de Vénus.

Mas o ponto de vista do Gama “que um baxo amor os fortes enfraquece”, tal o amor de Fernando por Leonor Teles (III, 139:8), não é o ponto de vista do poeta. A poesia diz a evidência e o enigma do amor e diz também o esmagamento do amor pela força. Então, que outro sentimento senão *compaixão* pela fraqueza dos amantes face ao amor, “que é grande dos amantes a cegueira”, como Adamastor bem sabe (V, 54:6)? Pois “quem viu um olhar seguro, um gesto brando, uma suave e angélica existência, que em si está sempre as almas transformando, que tivesse contra ela resistência?” (III, 143: 1-4). A resposta acha-se nos versos seguintes: “desculpado por certo está Fernando, pera quem tem de amor

experiência" (5-6). Tal como aquele soldado Rui Dias, que Albuquerque condenou à morte. Também a ele "a fraca humanidade e Amor desculpa" (X, 46:8).

E compaixão também porque as razões do povo são "falsas e ferozes" (III, 124:3). A condição política do amor é a indigência dos Sepúlvedas, destroços de uma viagem de conquista.

*E verão mais os olhos que escaparem
De tanto mal, de tanta desventura,
Os dous amantes míseros ficarem
Na fêrvida, implacável espessura.
Ali, depois que as pedras abrandarem
Com lágrimas de dor, de mágoa pura,
Abraçados, as almas soltarão
Da fermosa e misérrima prisão.*

Jerusalém, Julho de 1995, Montolieu, Julho de 1997.

Post-scriptum para complicar

A distribuição dos grandes objectos dos *Lusíadas* — excluindo pois a mitologia que é um operador e o amor que não é um objecto — pelos sujeitos que os enunciam desenha a trama da obra. Os narradores são, por ordem de entrada em cena, que é também uma ordem de desrealização crescente: o autor Camões, o narrador da viagem Camões, Vasco, Paulo, a Ninfa, Tétis. Afinando um pouco os nossos conceitos, os *Lusíadas* contêm História e Viagem. A História compreende Passado e Futuro, distinguindo-se nestes Crónica (os acontecimentos) e Fundação (a identidade e a comunidade portuguesas enquanto tais); há assim uma Crónica e uma Fundação do Passado e uma Crónica e uma Fundação do Futuro. Na Viagem, a Navegação (a viagem para a Índia da frota do Gama) não se confunde com a Descoberta (a novidade da viagem) e nesta última é preciso diferenciar ainda o registo da Experiência (a descoberta da

natureza e do outro) e o que convirá chamar Metafísica da Viagem (a aventura enquanto sentido da Experiência).

Várias relações emergem desta arborescência, tabulada no quadro que se segue. A marca + designa um objecto principal do discurso, e a marca ++ os objectos principais que estão no centro do discurso dos narradores. A marcação entre parênteses (+) designa um objecto secundário e a marca * um objecto subsidiário. Esta classificação fez-se segundo critérios de ponderação que seria preciso explicar e que são por certo discutíveis.

Por exemplo, Tétis ocupa-se apenas subsidiariamente da Crónica e da Fundação (poder-se-iam fazer distinções mais finas: para Tétis a Fundação situa-se ainda abaixo da Crónica). Os objectos centrais ++ são a Fundação, para o autor Camões; a Navegação, para o narrador Camões (mas não a Experiência que se limita à tempestade, apresentada aliás como manobra de Baco mais do que como Descoberta); para Vasco, a Crónica e a Fundação do Passado e a Experiência da viagem (no trajecto Lisboa-Moçambique); a Fundação do Passado, para Paulo; a (re)Fundação do Futuro para a Ninfa; a Experiência e a Metafísica da Viagem, para Tétis, na interpretação que propusemos. Esta grelha permite apurar distinções mais subtis. Assim, dissemos que o discurso da Ninfa repete no futuro a evocação da História de Portugal feita por Vasco. Mas, enquanto que em Vasco a Crónica é talvez mais determinante do que a Fundação *stricto sensu* (atribuímos-lhe o mesmo peso), no discurso da Ninfa ela subordina-se-lhe (trata-se sobretudo do Novo Reino): a Ninfa reúne num só discurso o que os dois Gamas dizem separadamente.

| | Pass. | Futuro | Crón. | Fund. | Naveg. | Exper. | Metaf. |
|--------|-------|--------|-------|-------|--------|--------|--------|
| Aut. C | + | + | * | ++ | + | * | |
| Nar. C | | | | + | ++ | * | |
| Vasco | + | | ++ | ++ | + | ++ | |
| Paulo | + | | (+) | ++ | | | |
| Ninfa | | + | + | ++ | (+) | | |
| Tétis | | + | * | * | | ++ | ++ |

Convidamos o leitor a conferir os nossos resultados, mediante uma releitura dos *Lusíadas*: eles serão duvidosos aqui e ali, *grosso modo* não nos devemos enganar muito.

O quadro estabelece agrupamentos que se intersectam sem se recobrirem inteiramente. Paulo e Vasco, os dois irmãos, formam parilha quanto ao Passado, a Ninfa associa-se-lhes no que toca à Fundação e à Crónica — cada um dos três tem um peso diferente —, mas reportando-se ao Futuro, que é também o objecto de Tétis. Por Paulo se obtém o sentido da Fundação, e por Tétis o sentido da Viagem (Camões, recorde-se, fá-los falar do mesmo jeito), mas nenhum outro critério principal ou secundário os volta a reunir. É aliás interessante que a Ninfa e Tétis se refiram ambas ao Futuro, mas que sejam Paulo e Tétis, e não a Ninfa, a praticar um discurso «icónico» — como se, relativamente ao Futuro, se deva presumir que a descoberta marítima (a Experiência e a Metafísica da Viagem) possui um coeficiente de realidade superior ao da (re)Fundação de Portugal no Oriente... Camões, soldado desse Oriente, estava talvez mais predisposto a acreditar na reconstituição de Paulo do que nas profecias da Ninfa.

Os discursos da terceira parilha “natural”, depois das deidades e dos irmãos viajantes, ou seja, a parilha Camões autor dos *Lusíadas* e Camões narrador da viagem, não se recobrem nos tempos, mas contribuem conjuntamente para o discurso da Fundação e da Navegação. Mas segundo configurações diferentes. As falas patrióticas do Gama entre Moçambique e Melindé, recolhidas pelo narrador, são menos exaltadas do que o nacionalismo do autor (cf. exórdio e conclusão, intervenções nos Cantos V, VII, VIII, etc.). Ao invés, a Navegação é central para o narrador, não para o autor. No seu conjunto, estes agrupamentos segundo ângulos diferentes engendram a admirável *mobibilidade* dos *Lusíadas*. O quadro — que não é senão um pano de fundo grosseiro — identifica vinte e seis modalidades discursivas e quatro graus principais de força semântica.

Uma única coluna é ocupada por um só sujeito — a metafísica da viagem expressa pela voz de Tétis. Poeticamente e amorosamente, a aventura está só, magnificamente só, face à maquinaria católico-imperial em que

estão comprometidos todos os outros sujeitos da enunciação. O seu deus é Vénus. Como a evidência, o amor é plenamente actual, figuração encarnada do desejo e não existência virtual. Mas a alucinação do Adamastor — a alucinação por amor da outra Tétis, que é também um pouco a do Gama, como se viu — é, como a da evidência, um fulgor dilacerado pelo seu próprio excesso. Mas isso é uma outra história.

Uma palavra final, sugerida por Adamastor, a respeito de Galateia, a nereide irmã de Thetis e filha da Dóris filha de Tethys (§ 15), que chamámos para os *Lusíadas*, pela mão do quadro de Rafael (§ 22). A figura do Adamastor inspira-se abertamente em Polifemo. Ora, Polifemo é o cíclope que, por amor de Galateia, mata Ácis, seu amante. O impossível amor conduz aqui directamente à morte e à destruição. O triunfo de Galateia não se acha em Ovídio; bem pelo contrário, o amor é vencido pelo rochedo que Polifemo lança contra Ácis (*Metamorf.*, XIII, 750-897). Apesar disso, é Rafael quem tem razão, o amor triunfa da morte. Ovídio regista que Galateia faz brotar uma fonte e um rio no lugar onde Ácis foi morto — e «acima das águas apareceu subitamente um jovem coroado de junco em torno de cornos que mal despontam»¹². Parece-se em tudo com Ácis, mas é maior e o seu rosto é cor do céu. Ácis transformou-se num rio, ou em vários rios, com o seu nome (*antiquum tenuerunt flumina nomen*, 897).

Para sempre. Este segundo Ácis é imperecível, como comovidamente entoam os dois versos do último recitativo de Galateia, em uma outra homenagem a Ácis e Galateia — o *masque* com este nome, posto em música por George Friedrich Händel em 1718. O amante morreu, mas o amor durará eternamente, desde o presente desta metamorfose que é também ressurreição: *'Tis done: thus I exert my pow'r divine; Be thou immortal, though thou art not mine!*

NOTAS

1- Neste estudo, os cantos serão indicados pela numeração romana, o primeiro número árabe indicará a estrofe e o segundo, precedido de :, o verso. Se um só número árabe é dado (sem :), ele refere-se à estrofe, sem que o verso seja especificado. Se o canto não é indicado, é porque se trata do canto citado imediatamente antes, em contextos que não prestam a confusão. Os sublinhados nos versos são naturalmente todos meus. Permito-me não marcar com / a cesura entre dois versos. Também por comodidade, escrevo sempre *Lusíadas*, em vez de *Os Lusíadas*. Sirvo-me da edição de A. da Costa Pimpão, prefaciada e anotada por Roger Bismut, que também a traduziu para Francês (ed. bilingue do Centro Cultural Português da Fundação C. Gulbenkian e da Comissão Nacional para as Comemorações das Descobertas Portuguesas, Lisboa-Paris, 1992); muito beneficiei da inestimável erudição de Roger Bismut. Não tendo lido qualquer estudo sobre os *Lusíadas* à parte o livro de H. Macedo citado mais longe, imagino que entrarei por vezes por portas já bem abertas: que os especialistas mo perdoem. O mesmo vale para os meus outros estudos deste livro. Todos eles foram empreendidos para testar no campo da literatura uma hipótese sobre a evidência filosófica; sou por isso obrigado a mencionar frequentemente o livro em que essa hipótese é desenvolvida e por isso também me refiro à evidência no corpo do artigo. O leitor pode dispensar-se de consultar o livro em questão e ignorar a filosofia, que não condiciona as análises do texto de Camões.

2- É o que tentei mostrar em *Tratado da evidência*, Lisboa, IN-CM, 1995.

3- É esta veri-dicção que propriamente convém ao discurso da evidência: a sua verdade concerne "valores auditivos", trata-se da verdade de um *discurso* (cf. *Tratado da evidência*, cit., cap. VII). Devo a Eduardo Prado Coelho a formulação "veri-dicção" (no livro referido diz-se "verdade") que exprime com felicidade a raiz oral da evidência. Por isso, o canto, intensificação da voz, é um valor da evidência.

4- Não tomamos em conta o discurso profético de Júpiter a Vénus (II, 44-55): ele é a antecipação embrionária dos discursos da Ninfa e de Tétis, a *posteriori* redundante em relação a eles. O mesmo se pode dizer da profecia do Catual (VII, 55-56) e de outras vaticinações e premonições: sonhos, tais o Ganges no sonho de D. Manuel (IV, 73-74), Baco aparecendo ao sacerdote indiano (VIII, 48-50) ou Mercúrio ao Gama (II, 61-63) — ou sinais e milagres: Ourique (III, 45), sinais em Évora (IV, 3), etc. As falas do Velho do Restelo e do Adamastor, que comentaremos, são lamentações e maldições mais do que profecias.

5- Os *Lusíadas* são publicados em 1572, *Les six livres de la République* em 1576; a teoria da soberania acha-se no Livro I, cf. em particular os caps. 8 e 10.

6- João II, Afonso III, Afonso IV e Afonso V, indicados a seguir (I, 13, 7-8), são introduzidos pelo mesmo "vede" (ibid.:3) — mas por certo não lhes convém uma "memória igual" à de César e de Carlos Magno, que é a mesma que se guarda do "primeiro Afonso" e de João I. Os últimos quatro reis mencionados por Camões não lhe merecem qualquer caracterização, à parte o "invicto" João II.

7- Começo a servir-me das categorias de *Tratado da evidência*, cit. Progressivo, presente e primeira pessoa pertencem a um arsenal linguístico complexo, constituinte da evidência; fazem dele também parte o modo indicativo e os defécticos, a que nos referiremos mais longe. Este dispositivo imbrica-se numa gramática dos sentidos (orientação, tacto, vista, ouvido) e desemboca em metáforas e conceitos. A evidência é o produto "alucinatório" de operações "figurais" do "desejo", trabalhando sobre esse material sensorial e linguístico. Se a referência aos elementos da evidência é por certo dispensável no presente contexto, ela tem o interesse de acrescentar um argumento filosófico à análise literária: é notável que esses elementos se encontrem implicados no discurso da viagem e ausentes do discurso da fundação. Vamos ver que a implicação respeita aos dois planos da evidência, a experiência linguístico-sensorial e a sua transformação «alucinatória»: ambos são constitutivos do poético — ora, é o poético que, precisamente, falta no discurso católico-imperial da fundação.

8- Chegada a Melinde: II, 73; partida de Melinde: VI, 3-6; chegada à Índia: VII, 1, 15, 23; partida da Índia: IX, 13-15; chegada à Ilha: IX, 66; partida da Ilha: X, 143.

9- Cf. *Tratado da evidência*, cit., cap. II.

10- Cf. *Tratado da evidência*, caps. V e VI. O espelhamento mútuo dos dois discursos está na cabeça de Camões quando joga com duas metáforas com uma raiz única. Paulo apresenta a pintura como uma poesia muda e a poesia como uma pintura que fala (VIII, 41, cf. VII, 76), Tétis retoma mais longe a segunda imagem (X, 84).

11- Descontando portanto o episódio de S. Tomé (X, 109-119).

12- O imperativo respeita pois originariamente à "voz" e o indicativo ao tacto e à vista (*Tratado da evidência*, caps. V-VII). Mas as modalidades sensoriais estão inter-relacionadas, tal como as estruturas linguísticas correspondentes. Assim, o imperativo pode conduzir ao reforço do indicativo; é o que exprime a formulação *imperativo-indicativo*.

13- Esquemáticamente: orientação transformada em atenção, tacto transformado em ostensão, vista transformada em intuição, audição transformada em verdade (ou veri-dicção), com as figuras linguísticas respectivas — são estes os elementos da evidência.

14- Cf. *Tratado da evidência*, cap. IV.

15- O ponto de vista é ainda um elemento da evidência filosófica. Cf. *Tratado da evidência*, cap. VI.

16- *Esparsa VII*, n.º 38 da edição de Carolina Michaëlis, Lisboa, reprodução facsimilada, Lisboa, IN-CM, p. 40.

17- Percebe-se isso gradualmente. A descrição começa pela nuvem (V, 37), seguindo-se-lhe a figura (39); é bem mais longe (50) que nos é dado saber que se trata de uma rocha.

18- Roger Bismuth sugere as duas possibilidades, pendendo embora para a hipótese da confusão: "Cette fois, la *confusion* est évidente (à moins que l'on n'y

voie un jeu de mots): la déesse de la mer, identifiée à la mer elle-même, est Téthys, épouse de l'Océan (...). Mais en même temps, le poète pense à la Néréide de Thétis puisque la présence de Thétis constitue pour Adamastor un surcroît de souffrance, une cruelle tentation", *Les Lusiades*, cit., p. 637, n. 59. Sobre a identidade de Tethys, cf. Ovídio, *Metamorfoses*, IX, 499 e XIII, 951, e Hesíodo, *Teogonia*, 346 e ss. Tethys, filha de Gaia e de Ouranos, esposa de Oceano, é uma deusa cósmica. Sobre Thetis, ora pássaro, ora árvore, ora tigre, e mais habitualmente cavalgando, nua, um golfinho, cf. *Metamorf.*, XI, 221, ss.

19- Voltaremos à alucinação do Adamastor, no Apêndice.

20- Veja-se o importante livro de Helder Macedo, *Camões e a viagem iniciática*.

21- E por isso efêmera e por isso pronta a ser deixada para trás e a ser esquecida.

22- Como é explicado no *Livro antepimeiro da História do Futuro*.

23- Cf. *Tratado da evidência*, cap. VII.

24- A demonstração transforma a *necessidade em identidade*. As ciências e alguma filosofia domesticam a evidência, retirando-lhe o coeficiente alucinatório ou corrigindo-o. O mesmo estabelecia a teoria clássica da soberania política: a autodesignação do soberano complementa-se por uma consagração proveniente de outras instâncias (Deus, o povo).

25- Um aprofundamento da noção de evidência leva à distinção entre uma «boa» e uma «má» evidência, uma evidência que é «verdadeira» e uma evidência que é «falsa».

26- Sá de Miranda, *Outro Diálogo* (II), n.º 52 na ed. cit. de C. Michaëlis, p. 40.

27- É o que explica a teoria da soberania, de Bodin a Carl Schmitt. Qualquer que seja a natureza dos regimes políticos, o primeiro legislador autodesigna-se. Mas a autodesignação terá de ser ratificada (cf. n.º 23).

28- Como se mostrará em outra sede, a argumentação de S. Anselmo provando a existência de um Deus por definição único é exactamente a mesma de Bodin provando a unicidade de um soberano por definição existente. Cf. § 5 e n.º 5 e n.º 23.

29- *Stanze*, 118 (1475). Poliziano reproduz a descrição de um quadro imaginário, *O cíclope*, feita por Filostrato na *Galeria dos Quadros*. (Devo esta informação a Giovanni Careri.) Rafael, que segue de perto Poliziano, omite Polifemo que, do alto da sua montanha (é o espectador que passa a ocupar o seu lugar?), observa Galateia e o seu séquito: trata-se bem de um triunfo que nada pode pôr em causa (cf. *post-scriptum*, *in fine*).

30- Como Thetis em Ovídio, *Metamorf.*, XI, 236-237. O *chassé-croisé* das referências é quase inextricável.

31- Cf. *Tratado da evidência*, cit., caps. VIII-X.

32- Citemos uma última vez Ovídio, que rende homenagem a uma juventude inalteravelmente intacta: «... e os Sátiros, malta jovem feita para a dança, e os Pãs com cornos envoltos em pinho, e Silvano, sempre mais jovem que a sua idade, e o deus <Príapo> que, com a sua foice ou o seu membro viril, assusta os ladrões...» (*Metamorf.*, XIV, 637-640.).